

ACADEMIA MILITAR

"O Dispositivo do Exército Português no Império Ultramarino, durante o período Republicano (1910-1975) "

Autor: Aspirante de Artilharia Rui Luís Madureira de Carvalho Marujo

**Orientador: Tenente-Coronel de Artilharia, (Doutor) Pedro Alexandre Marcelino
Marquês de Sousa**

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, 2 de maio de 2017



ACADEMIA MILITAR

"O Dispositivo do Exército Português no Império Ultramarino, durante o período Republicano (1910-1975) "

Autor: Aspirante de Artilharia Rui Luís Madureira de Carvalho Marujo

**Orientador: Tenente-Coronel de Artilharia, (Doutor) Pedro Alexandre Marcelino
Marquês de Sousa**

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, 2 de maio de 2017

EPÍGRAFE

*“Portugueses de ouro,
da linhagem dos grandes navegadores
e capitães da África e da Índia “*

*O. & C.
Carlos Selvagem*

DEDICATÓRIA

Á minha mãe e ao meu avô.

AGRADECIMENTOS

As minhas primeiras palavras são para o meu orientador Tenente-coronel de Artilharia Marquês de Sousa que me sugeriu o tema da tese e me transmitiu o seu entusiasmo, determinação e conhecimento, indispensável para conseguir realizar este trabalho.

Agradeço em especial à técnica Paula Almeida Franco da Biblioteca da Academia Militar que foi incansável no apoio às pesquisas realizadas no âmbito deste trabalho.

Por último agradeço aos meus camaradas, amigos, família e a todas as pessoas que me apoiaram e contribuíram para o sucesso do meu percurso académico.

RESUMO

Este trabalho aborda o tema da evolução do dispositivo militar Português do Exército do Império Ultramarino, no período de 1910 a 1975.

Os principais objetivos desta investigação são o estudo da evolução das forças do Exército presentes na ex-colónias portuguesas, para interpretar as alterações do dispositivo militar face às realidades vividas durante o período estudado.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho baseia-se no método de investigação histórica, analisando a evolução da presença militar do Exército nas antigas colónias. Sendo este também conjugado com uma abordagem sincrónica, que identificou as variáveis atuantes nos períodos em que ocorreram mudanças significativas no panorama do Império Português. Para melhor entender a realidade vivida à época, aqueles dois métodos são também complementados por uma investigação comparativa que permite analisar e interpretar as alterações ocorridas nos dispositivos militares.

Como principais conclusões deste trabalho de investigação aplicada, observamos que num período inicial e até meio da década de 1950 a tipologia das unidades que guarneciam os territórios ultramarinos era maioritariamente de escalão companhia, evoluindo posteriormente para unidades de organização até regimento, notando-se no período seguinte que, durante a Guerra de África, são criadas novas unidades de escalão mais pequeno e com áreas de atuação locais. Podemos também observar que a evolução da tipologia das unidades, foi acompanhada por um movimento de concentração, invertido com o evoluir da Guerra iniciada em 1961. Durante o período em estudo, nota-se que apesar do seu valor, as forças que guarneciam os territórios ultramarinos, nos períodos de maior intensidade, nunca se encontraram em quantidade suficiente para derrotar o inimigo sem terem de ser reforçadas por expedições da metrópole. Por último, concluímos que quanto às suas funções, para além da defesa, o Exército esteve também fortemente relacionado com outros parâmetros da vida colonial, nomeadamente com responsabilidades na área da administração e segurança interna dos territórios Portugueses.

Palavras-chave: Dispositivo, Exército, Império Ultramarino, República, Evolução.

ABSTRACT

This thesis approaches the theme relating the evolution of the Portuguese military ground configuration in his former Empire, during the period from 1910 to 1975.

The main objectives of this research are the study of the constitution and evolution of the Army forces in the Portuguese ex-colonies, to interpret the changes in the military units placement according to the realities lived during the period in study.

The methodology used in this paper is based on the historical research method, analyzing the evolution of the Army military presence in the ex-colonies. This is also combined with a synchronic approach that identified the variables in play during the periods when significant changes occurred in the Portuguese Empire scene. To better understand the reality lived during that time, this two methods are also complemented by a comparative research that allows to analyze and interpret the changes occurred in the Army local placement.

As main conclusions of this applied research work, is observed that in the initial period until mid 1950's the standard army units that garnished the overseas territories were mainly of company type, evolving later to units until regiment size, after is noticed that during the Africa War are created some units with smaller organization and with local employment. We also can observe that the evolution of the Army units size was also followed by a concentration movement, inverted by the evolution of the war initiated in 1961. During the period in study it is also noticed that, despite of their value, during the hottest intensity periods the garrison forces were never in sufficient quantity to defeat the enemy without having to be reinforced by mainland expeditions. At last we conclude that regarding his functions besides the defense of the national territory, the Army was also heavily related with other subjects of the colonial life, namely responsibilities in the administration and internal security of the Portuguese territories.

Keywords: Army ground setting, Army, Overseas Empire, Republic, Evolution.

ÍNDICE GERAL

EPIGRAFE	i
DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE DE QUADROS	viii
LISTA DE APÊNDICES.....	ix
LISTA DE ANEXOS	x
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO / REVISÃO DA LITERATURA	3
1.1 Metodologia.....	4
CAPÍTULO 2 - A ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO ULTRAMARINO ANTES DA REPÚBLICA	6
2.1 Organização de 1895	6
2.2 Última grande reorganização militar da Monarquia.....	8
CAPÍTULO 3 - 1ª REPÚBLICA (1910-1926)	14
3.1 A proposta inacabada de 1913.....	14
3.2 As soluções pontuais de 1914 e 1916.....	16
3.3 A última organização militar colonial antes da ditadura militar	19
CAPÍTULO 4 - FIM DA 1ª REPÚBLICA À II GRANDE GUERRA (1926-1939).....	21
4.1 Organização do Estado Novo	22
CAPÍTULO 5 - II GUERRA MUNDIAL À GUERRA DE ÁFRICA (1939-1961)	25
5.1 O dispositivo pós II Guerra Mundial.....	29
5.2 A Organização antes da Guerra de África	33
CAPÍTULO 6 - GUERRA DE ÁFRICA (1961-1975)	36
6.1 Organização de 1968	37
6.2 Organização do final da Guerra de África.....	39
CAPÍTULO 7 - SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS DISPOSITIVOS	42
7.1 Cabo Verde.....	42
7.2 Guiné	43

7.3 S.Tomé e Príncipe.....	44
7.4 Angola	45
7.5 Moçambique	47
7.6 Macau	49
7.7 Índia.....	50
7.8 Timor	51
CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
APÊNDICES	i
ANEXOS	i

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Dispositivo de forças em 1895	8
Quadro 2 – Dispositivo de forças em 1901	10
Quadro 3 – Dispositivo de forças em 1924	19
Quadro 4 – Dispositivo de forças em 1936	23
Quadro 5 - Dispositivo de forças em 1940	26
Quadro 6 - Dispositivo de forças em 1954	30
Quadro 7 - Dispositivo de forças em 1961	34
Quadro 8 - Dispositivo das forças coloniais em 1968	38
Quadro 9 - Dispositivo das forças coloniais em Abril de 1974	40
Quadro 10 - Dispositivo de forças em Cabo Verde	42
Quadro 11 - Dispositivo de forças na Guiné	43
Quadro 12 - Dispositivo de forças em S.Tomé e Príncipe	44
Quadro 13 - Dispositivo de forças em Angola	46
Quadro 14 - Dispositivo de forças em Moçambique	47
Quadro 15 - Dispositivo de forças em Macau	49
Quadro 16 - Dispositivo de forças da Índia	50
Quadro 17 - Dispositivo de forças de Timor	51

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Mapa 1.....	i
Apêndice B - Mapa 2.....	ii
Apêndice C - Mapa 3.....	iii
Apêndice D - Mapa 4	iii
Apêndice E - Mapa 5	iv
Apêndice F - Mapa 6	iv
Apêndice G - Mapa 7.....	v
Apêndice H - Mapa 8	vi
Apêndice I - Mapa 9	vii
Apêndice J - Mapa 10.....	viii
Apêndice K - Mapa 11.....	ix
Apêndice L - Mapa 12.....	x
Apêndice M - Mapa 13.....	xi
Apêndice N - Mapa 14.....	xii
Apêndice O - Mapa 15.....	xiii
Apêndice P - Mapa 16.....	xiv
Apêndice Q - Mapa 17.....	xv
Apêndice R - Mapa 18.....	xv
Apêndice S - Mapa 19	xvi
Apêndice T - Mapa 20.....	xvii
Apêndice U - Mapa 21.....	xviii
Apêndice V - Mapa 22.....	xviii

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Imagens de Soldados indígenas 1902.	i
Anexo B - Fotografia de dois militares Moçambicanos durante a 1. ^a Guerra Mundial	ii
Anexo C - Fotografia de militares do Corpo de polícia de S. Tomé	iii
Anexo D - Fotografia, Cipaíes da polícia de Moçambique na década de 1930	iii
Anexo E - Fotografia de dois Soldados Landins em Moçambique nos anos 40	iv
Anexo F - Fotografia de militares Landins em Goa 1961	iv
Anexo G - Fotografia, tropas da guarnição de Timor década de 70.....	v
Anexo H - Fotografia, tropas locais, Guiné 1973.....	v

INTRODUÇÃO

Este trabalho de investigação aplicada, aborda -se a evolução do dispositivo militar português do Exército no império ultramarino, no período compreendido ente 1910 e 1975.

A principal motivação para a abordagem deste tema deve-se em grande parte à sua originalidade, tendo em conta que ainda não existem investigações centradas na evolução temporal e comparativa dos dispositivos militares implantados nos diferentes territórios ultramarinos, que fizeram parte do Império Português. É igualmente relevante o desenvolvimento deste tema para criar conhecimento novo no âmbito da história militar portuguesa, dado que esta área de conhecimento ainda se encontra pouco explorada, tendo assim toda a pertinência para a realização de um mestrado na especialidade de Artilharia.

O objetivo geral deste trabalho é estudar a organização e evolução do dispositivo das forças militares Portuguesas do Exército nos seus territórios ultramarinos ao longo do período republicano, entre 1910 e 1975. Mais especificamente pretende-se abordar estas reorganizações militares face ao desenrolar de acontecimentos, ao surgimento de novas ameaças e a alterações na conjuntura nacional. Pretende-se ainda depreender as razões, motivos, e natureza das alterações observadas na constituição dos dispositivos de forças presentes nas colónias e efetuar a sua comparação temporal e interterritorial. É de notar que neste estudo são abordados apenas os dispositivos de forças do Exército implantados nas colónias, ou seja as unidades que faziam parte da guarnição própria de cada território, não tratando das forças expedicionárias que eram enviadas da metrópole a título de reforço, quando isso era necessário. A pergunta de partida desta investigação incide sobre a seguinte temática: “como esteve organizado o dispositivo militar Português no espaço ultramarino em África e no Oriente (Índia, Macau e Timor) entre 1910 e 1975 e quais foram as principais reorganizações realizadas durante aquele período?”. Para abordar este desafio inicial, decidimos optar por uma abordagem tripartida utilizando as questões: “Qual era a tipologia das Unidades militares que guarneciam os espaços ultramarinos?”, “Como evoluiu o dispositivo territorial do Exército nas colónias?”, e “Qual a missão e o emprego dado às forças militares durante o período em estudo?”.

Para dar resposta a estas questões, este trabalho foi organizado em sete capítulos, sendo que o primeiro aborda o enquadramento teórico, a revisão de literatura, e a

metodologia. Os cinco capítulos seguintes encontram-se divididos em períodos temporais e dedicam-se à exploração histórica e à revisão da literatura sobre o tema tratado, em particular. No capítulo segundo analisa-se a organização do Exército Ultramarino antes da República. O capítulo terceiro é dedicado à primeira República, o capítulo quarto ao fim da primeira República e início da II Grande Guerra. O quinto capítulo versa sobre o período que decorre entre a II Guerra Mundial e a Guerra de África e o sexto capítulo aborda o período relativo à Guerra de África. Por fim o capítulo sétimo anterior às conclusões, faz a síntese da evolução dos dispositivos, estando subdividido em cada uma das antigas colónias portuguesas onde são apresentados quadros simplificados para a comparação inter-temporal de cada uma delas e onde são referidas e comparadas as disposições espaciais das unidades que se conseguiu identificar.

CAPÍTULO 1

ENQUADRAMENTO TEÓRICO / REVISÃO DA LITERATURA

Relativamente ao tema em estudo neste trabalho, a evolução do dispositivo militar português do Exército no Império Ultramarino no período compreendido entre 1910 e 1975, não se conhece qualquer obra, ou artigo que aborde esta problemática na sua totalidade, nomeadamente no que diz respeito à comparação dos dispositivos presentes nas colónias e à sua evolução temporal.

Como guia de enquadramento inicial recorreremos aos livros da “História do Exército Português (1910 -1945) ”, da coordenação do General Ramires de Oliveira, nomeadamente os primeiros quatro volumes, o que nos permitiu ter uma noção geral da História Militar da época, apercebermo-nos dos períodos de maior mudança no seio do Exército Português e fazer uma primeira aproximação e recolha de documentos oficiais e da organização dos dispositivos que esta obra pontualmente refere. Posteriormente, tendo em vista a abordagem do período seguinte recorreremos aos quatro volumes da obra “Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África” de 1961 a 1974, que para além de nos ter providenciado uma boa imagem das forças existentes nas províncias ultramarinas, também apresenta o enquadramento necessário para se fazer a ponte a nível histórico de 1945 a 1961.

Feita uma primeira abordagem ao nosso período de estudo, recorreremos à obra “Portugal Militar” do Capitão de Cavalaria Carlos Selvagem em conjunto com as outras duas apresentadas anteriormente, para tomarmos conhecimento da História de interesse para o nosso tema, numa fase anterior à República, nomeadamente desde 1894 com especial interesse para as consequências que a Conferência de Berlim veio trazer aos nossos dispositivos de forças presentes nas colónias e às Campanhas de África.

Após estas leituras iniciais que permitiram ter uma visão geral do tema a estudar, procedemos numa primeira fase, à pesquisa de trabalhos e artigos realizados sobre as matérias de interesse que nos tínhamos apercebido existir. Podemos referenciar as mais importantes como sendo o texto do capitão Gastão Sousa Dias, “A defesa de Angola”, publicado pela primeira vez na revista militar em 1932, que nos dá uma perspetiva daquilo

que foi a presença militar nesta antiga colónia e a opinião do autor sobre diversas disposições relativas às problemáticas de foro militar das quais era contemporâneo. É também de salientar o texto “ A Defesa de Moçambique: sua evolução”, do Tenente-coronel Sousa Cruz que nos dá uma perspetiva das forças presentes na colónia e das principais reorganizações até ao ano de 1975, e ainda os dois textos publicados por Varandas dos Santos na revista militar “O poder instituído e a relação com o Exército entre 1901 e 1914”e “Os Exércitos Ultramarinos 1910 1914”. Paralelamente a estas leituras iniciamos também a pesquisa por legislação pertinente, tendo em vista determinar a localização, constituição e organização dos dispositivos do Exército nas colónias em todos os períodos que não se encontravam suficientemente escrutinados pelas obras de referência relativamente ao nosso tema em estudo.

Após estas pesquisas iniciais e devido à falta de informação encontrada, em especial sobre as ex-colónias de menor dimensão, recorreremos ao Arquivo Histórico Militar, onde conseguimos encontrar as localizações das unidades dos dispositivos posteriores a 1961 através da leitura de documentação diversa, nomeadamente correspondência escrita pelos comandantes militares das colónias. Posteriormente recorreremos ao Arquivo Histórico Ultramarino, consultando os Boletins Militares do Ultramar de 1901 até 1936 onde conseguimos obter alguma legislação pertinente.

1.1 Metodologia

A metodologia seguida tem como referência o método de investigação histórica baseado numa abordagem diacrónica, analisando a evolução da presença militar do exército (dispositivo territorial) nas antigas colónias portuguesas de África ao Oriente, em diversos períodos dentro do espaço e dos limites temporais definidos, conjugada com a investigação numa lógica sincrónica, identificando as variáveis atuantes nos períodos em que ocorrem mudanças significativas, através da análise de conteúdo de fontes primárias manuscritas e impressas, e outras fontes textuais e iconográficas; complementada com uma investigação comparativa, considerando a necessidade de enquadrar a presença militar no âmbito do panorama nacional de cada época, aproximação analítica que permita elaborar uma explicação narrativa capaz de reconstruir a realidade da presença militar no império português durante o período em estudo. Neste sentido, propõe-se um modelo teórico de análise assente nas relações conceptuais entre os seguintes parâmetros, considerados

necessários para análise do objeto de estudo e para compreender a evolução do dispositivo militar no período e no espaço em estudo:

- Tipologia das Unidades, quanto à organização e missão;
- Caracterização do Dispositivo Territorial no espaço físico de cada território (colônia);
- Potencial militar das forças de combate terrestres.

Este modelo teórico de análise é baseado nas relações conceptuais entre os seguintes referenciais: Tipologia das unidades, Dispositivo Territorial e Potencial (efetivos de combate) cujas relações biunívocas em torno do mesmo objeto permitem criar um modelo teórico de análise, que possibilite a elaboração de um modelo explicativo conceptual, sobre a presença do exército nas antigas colônias portuguesas durante o período da República (1910-1974). Tivemos a preocupação de respeitar as noções de espaço e de tempo que servem de enquadramento para delimitar o objeto do estudo, possibilitando a reconstrução da realidade histórica, não apenas através de uma abordagem descritiva, mas também explicativa, considerando a necessidade de se compreender não só como foi a presença militar, mas também como e quando ocorreram as mudanças que caracterizaram a evolução da presença militar no império.

Assim, sem deixar de reconhecer a importância das diversas expedições enviadas para as variadas campanhas coloniais, procuramos fazer uma análise centrada no domínio do dispositivo militar territorial, sobre as forças próprias de cada colônia, não desenvolvendo as forças que foram enviadas da metrópole para operações pontuais ou para as campanhas realizadas, que são temas mais estudados do que o objeto de estudo deste trabalho.

Reconhecendo que a história como ciência, necessita de um certo grau de generalização, que traduza a regularidade entre alguns tipos de acontecimentos ou facetas da realidade histórica, recorreremos ao método comparativo para explicar a presença militar do exército em meios sociais e geográficos distintos, evidenciando no nosso estudo, a evolução ao longo do tempo, onde a atitude comparativa possibilita construir uma análise sobre a presença militar no período em estudo. Não menosprezando a importância das unidades de apoio logístico, focamos mais o nosso estudo nas unidades de combate para simplificar o modelo de análise desta primeira abordagem aos dispositivos militares ultramarinos.

CAPÍTULO 2

A ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO ULTRAMARINO ANTES DA REPÚBLICA

Dada a natureza deste trabalho, é pertinente realizar um enquadramento sobre o dispositivo ultramarino do Exército Português anterior à Primeira República.

É relevante começar por referir o decreto¹ do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar de 19 de Julho de 1894 que é apresentado como um projeto contendo um conjunto de bases para a reorganização militar no Ultramar. Neste documento, relativamente aquilo a que o nosso estudo concerne, é de salientar a composição dada às tropas de segunda linha, nomeadamente do escalão companhia e batalhão que segundo o artigo 19º do respetivo decreto são “aquelas que, embora regularmente organizadas, só prestam serviço militar remunerado fora das épocas destinadas à sua instrução por circunstâncias de força maior ou em vista de qualquer revolta, insurreição, guerra interna ou externa” e eram “formadas exclusivamente por elementos indígenas (nativos das colónias) e “cujos quadros dirigentes não estão habitualmente em proporção com a força enquadrada segundo as regras da tática”.

2.1 Organização de 1895

Foi na sequência da Conferência de Berlim que ocorreu entre 15 de Novembro de 1884 a 26 de Fevereiro de 1885, que segundo Oliveira et al. (1993b), se veio reconhecer a soberania aos Estados em territórios coloniais apenas quando estes se encontravam militarmente ocupados. O disposto nesta conferência obrigou Portugal a um “gigantesco esforço quase incompatível com as suas possibilidades financeiras e disponibilidades humanas” (Oliveira et al., 1993b, p180). Também Selvagem (1931) refere que apesar de a Conferência não ter aprovado as propostas de Inglaterra que pretendiam considerar “caducos” os direitos históricos de Portugal, nomeadamente os respeitantes a Moçambique, Portugal sentiu a necessidade de realizar uma ocupação “efetiva e imediata” do território, de uma África que segundo Barata et al. (1988) estava mal ocupada pelas forças militares

¹ Diário do Governo Nº 187 de 21 de agosto.

portuguesas que tinham grandes dificuldades devido à sua falta de meios para fazer frente as “revoltas e insubordinações nativas” que eram muitas vezes instigadas pelas potências europeias que tinham pretensões sobre os territórios numa tentativa de dificultar a permanência dos portugueses. Verifica-se muitas vezes que, para se fazer face a estas revoltas era necessário recorrer a forças expedicionárias vindas da metrópole, e que “quase sempre quando chegavam o problema já estava ultrapassado” (Oliveira et al., 1993b, p180) e cujos equipamentos, fardamento, e preparação eram na sua generalidade medíocres, referindo o autor que na sua generalidade, os sucessos das operações militares eram resultantes de “atos individuais em vez de operações militares organizadas e conduzidas nos escalões adequados”

É neste âmbito que surge o decreto² de 16 de agosto de 1895, com o intuito de reorganizar as forças coloniais, devido segundo o seu preâmbulo, ao “estado de permanente sobressalto em que nos últimos tempos tem estado o domínio ultramarino”, pretendendo-se assim segundo o decreto, “dar à força publica própria d'essas regiões uma organização com elementos de combate de fácil mobilidade” organizando as forças de primeira linha “em companhias de guerra independentes, acabando-se assim com a organização administrativa do regimento, tornando facilmente organizáveis as unidades táticas do batalhão”. Estas ditas companhias de guerra independentes estão dispostas no artigo 1.º como: companhias de guerra com um capitão, dois tenentes e dois alferes, um sargento-ajudante, dois primeiros-sargentos, nove segundos, 24 primeiros e segundos cabos, 184 a 240 soldados, 1 contramestre de corneteiros, 4 corneteiros, 1 coronheiro, 1 espingardeiro e 1 correeiro.

² Ordem do Exército n.º17 (1ª série) de 15 de outubro de 1985

Abaixo apresenta-se o quadro 1 com a distribuição das forças nas colónias em 1895

Quadro 1 - Dispositivo de forças em 1895

	Cabo Verde	Guiné	S. Tomé e Príncipe	Angola	Moçambique	Macau	Índia	Timor	Total
Companhias de Infantaria	1	2	1	13	8	2	4	1	32
Companhias Dragões de	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Companhias de Polícia	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Secções de Polícia	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Corpo de Polícia e Fiscalização	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Colónia penal militar agrícola	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Bandas de música	-	-	-	1	1	1	1	-	4

Fonte: Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, Decreto de 16 de agosto de 1895.

Sendo de referir que segundo Dias (1932), o referido decreto não chegou a ser cumprido na sua íntegra, e as forças efetivas das colónias continuavam sem capacidade suficiente para manter o domínio necessário dos territórios ultramarinos por si ocupados, sendo necessário recorrer a forças vindas da metrópole com elevados custos para o país no que concerne às campanhas de pacificação. Oliveira et al. (1993a) afirma que as autoridades locais das colónias, apesar de serem providas de “amplas competências” não se encontravam providas dos meios necessários para fazer face às suas necessidades.

2.2 Última grande reorganização militar da Monarquia

Todos estes factos originaram seis anos depois o surgimento do decreto de 14 de novembro de 1901, que segundo Dias (1932) trouxe grandes benefícios devido à sua exequibilidade prática. Este decreto³ visava segundo o seu preambulo “a organização de forças militares ultramarinas por maneira a poderem realizar o seu elevado fim.” Fim este que não se encontrava assegurado: “O estado em que se encontra o exército ultramarino avalia-se dizendo que, quando a ordem pública é perturbada, quando a bandeira portuguesa é desrespeitada, quando temos de cumprir os deveres de neutralidade, há necessidade de recorrer às expedições extraordinárias, dispendiosíssimas, como na Beira em 1891, na

³ Presidência do conselho de ministros, decreto de 14 de novembro de 1901, Organização Militar do Ultramar.

Índia e Moçambique em 1895”. Este decreto refere também tal como o Decreto de 16 de Agosto de 1895 a necessidade de utilização de forças militares locais com capacidade de projeção no teatro, mencionando para além deste a necessidade de se conseguir uma ocupação eficaz dos territórios do ultramar, escalonando “do litoral para o interior unidades militares independentes, constituindo centros de que irradiem as forças destacadas para os postos militares.”

É de salientar que, segundo este decreto, as forças militares das colónias eram precedidas de uma dupla ação: a militar e a moral, pois considerava-se que era através das forças do exército e dos seus elementos, que Portugal conseguia exercer a soberania junto das populações indígenas afastadas do litoral e nas localizações mais remotas do império, constando como elemento de sucesso o bom comportamento das tropas portuguesas durante as expedições ao interior das colónias, tida como a melhor maneira de trazer os “povos selvagens à sujeição”.

Do disposto neste Decreto a parte mais relevante para o nosso estudo encontra-se no artigo 1º do capítulo I que define que as forças militares do ultramar estavam sob as ordens do Ministro da Marinha e do Ultramar, e que estas eram destinadas à defesa, ocupação e segurança das províncias ultramarinas e do distrito autónomo de Timor. Também de relevar para o nosso estudo, a organização das guarnições de 1ª linha e a sua distribuição pelas colónias, apresentadas no quadro seguinte ⁴.

⁴ Consultar anexo A para ver imagens de militares da época.

Quadro 2 – Dispositivo de forças em 1901

	Cabo Verde	Guiné	S. Tomé e Príncipe	Angola	Moçambique	Macau	Índia	Timor	Total
Baterias mistas de Artilharia de montanha e guarnição	-	-	-	1	1	-	1	-	3
Companhias europeias de Artilharia de guarnição	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Companhia indígena de artilharia de guarnição	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Companhias mistas de Artilharia de montanha e Infantaria	-	1	-	2	1	-	-	2	6
Companhias mistas de Artilharia de guarnição e Infantaria	-	-	1	-	1	-	-	-	2
Companhias europeias de Infantaria	1	-	-	1	2	1	1	-	6
Companhias indígenas de infantaria	-	-	-	16	10	-	6	-	32
Esquadrões de Dragões	-	-	-	1	2	-	-	-	3
Pelotões independentes de Dragões	-	2	-	-	-	-	1	1	4
Corpos de polícia	1	-	1	1	1	1	1	-	6
Batalhões disciplinares	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Companhias de depósito	-	-	-	4	4	-	-	-	8
Bandas de música europeias	-	-	-	3	2	-	-	-	5
Bandas de música indígenas	1	-	1	-	-	1	1	-	4

Fonte⁵: Presidência do conselho de ministros, decreto de 14 de novembro de 1901, Organização Militar do Ultramar

Pela comparação geral dos dispositivos do exército colonial de 1895 e 1901 denota-se o surgimento da artilharia de montanha e guarnição e das companhias mistas de artilharia e infantaria. Observamos ainda a existência de um aumento geral do dispositivo em seis companhias de Infantaria, dois Esquadrões de Dragões e quatro pelotões independentes, cinco corpos de Polícia e cinco bandas de música.

No caso particular das colónias as principais alterações verificaram-se em Cabo Verde com a criação de uma banda de música, na Guiné uma companhia mista de Artilharia de Montanha e Infantaria e dois pelotões independentes de Dragões, com a perda de duas companhias de Infantaria. Em S. Tomé e Príncipe são criados um corpo de Polícia e uma banda de música, em Angola mais quatro companhias de Infantaria, um corpo de Polícia, duas bandas de música, um batalhão disciplinar, quatro companhias de depósito e são criadas uma bateria mista de Artilharia de montanha e guarnição e duas companhias mistas de Artilharia de montanha e Infantaria. Moçambique viu o seu dispositivo aumentado em quatro companhias de Infantaria, uma banda de música, um batalhão disciplinar, uma bateria mista de Artilharia de montanha e guarnição, uma companhia mista de Artilharia de montanha e Infantaria, uma companhia mista de Artilharia de

⁵ Segundo Oliveira et al., (1993a) estes valores eram rigorosos

guarnição e Infantaria e 2 esquadrões de Dragões, Macau perde 1 companhia de Infantaria e é aumentado com um corpo de Polícia e uma companhia europeia de Artilharia de Guarnição. Na Índia é criada uma bateria de Artilharia de montanha e Guarnição, um pelotão independente de Dragões e mais 3 companhias de Infantaria, por último em Timor são criadas 2 companhias mistas de Artilharia de montanha e Infantaria.

Porém apesar deste aumento generalizado das forças, em 1913 Almeida Ribeiro Ministro das Colónias à data, afirma⁶ que o decreto de 1901 não correspondeu ao fim a que dele se esperava, apontando como principais erros deste: o pouco aproveitamento do “elemento indígena”, a falta de preparação dos oficiais que assumiam o comando das unidades independentes, e o facto de o número de unidades estabelecidas para as guarnições das colónias ter sido fixado, não prevendo a evolução dos encargos operacionais, nem dando autonomia aos governadores para aumentarem os seus dispositivos. Estes aspetos originaram um *deficit* que nem com a elevação dos efetivos indígenas das unidades ao máximo permitia fazer face às necessidades, o que teve como consequência a criação de novas unidades nas colónias e a requisição de expedições vindas da metrópole para fazer face as necessidades mais urgentes. Também Oliveira et al. (1995, p.76) afirma que “antes da República e desde que não se vivessem tempos de emergência, as guarnições ultramarinas eram pouco mais que simbólicas, de afirmação moral e de direito da soberania portuguesa.”

Em nota de contraditório, e tendo em conta os escassos recursos do Exército colonial, frisava Dias (1932) no seu texto intitulado “A defesa de Angola” publicado em 1932 na revista militar: para o caso de Angola, apesar de ser recorrente a necessidade da vinda de expedições dispendiosas da metrópole, foi graças à intervenção das forças dos dispositivos coloniais, que se conseguiu a ocupação do Evale e do Baixo-Cubango até ao Mucusso em 1909, bem como a pacificação do distrito de Huila. Para além destas iremos frisar algumas operações nomeadamente relativas às campanhas de pacificação, onde as forças coloniais tiveram importância relevante.

Na Guiné, presente na edição dos cadernos militares N° 2 de 1969 com o título Campanhas Ultramarinas do Passado, podemos referenciar a primeira Campanha do Óio em 1897 cuja coluna foi composta por três oficiais, quatro sargentos, algumas praças europeias, cerca de 100 soldados de Bolama e Bissau e 3000 auxiliares comandados pelos seus régulos, e a Campanha na zona do Xuro em 1904, comandada pelo governador

⁶ Proposta de lei para a reorganização do dispositivo militar nas colónias, Diário do Governo nº 108 de 10 de Maio de 1913.

Soveral Martins, com uma força organizada por uma coluna composta por 50 marinheiros, 50 soldados locais e cerca de 1200 auxiliares de diversas etnias.

Em Angola referenciámos em 1891 a Campanha do Humbe cuja força continha 660 homens, liderados pelo major do exército colonial Lourenço Justiniano Padrel, constituída por 60 praças indígenas de caçadores, 120 *boers* e colonos brancos, e 480 auxiliares indígenas. Em 1905, a primeira expedição comandada pelo capitão Alves Roçadas com um efetivo de 600 homens cujo grosso da força era constituída pelas, 1ª companhia de Infantaria europeia, 11ª e 12ª companhias indígenas de Infantaria de Moçambique e a 15ª companhia indígena de Infantaria de Angola. Por fim, a Campanha dos Cuamatos 1907, comandada pelo capitão Eduardo Marques, numa coluna com 87 oficiais, 1306 praças europeias e 906 praças indígenas (Lourenço et al., 1943).

Em Moçambique a 22 de Maio de 1897 foi realizado um reconhecimento ofensivo sobre Chaimite liderado pelo capitão Gomes da Costa, com um destacamento misto de “70 soldados europeus e 93 indígenas, com 2 peças de artilharia e cerca de 3000 auxiliares, encontrou acampado perto de Macontene, o inimigo” (Selvagem, 1831, p.632), Na obra de Lourenço et al., (1943) encontramos também as Campanhas contra Mataka, onde foi organizada em 1899 uma expedição comandada pelo major Sousa Machado, composta por uma bateria de artilharia, um pelotão de cavalaria, 2500 sipais e 3300 carregadores e a Campanha do Barué, com forças de brancos portugueses compostas por 477 militares, 23 oficiais, 70 sargentos, 334 praças e forças regulares indígenas com 1022 homens dos quais 90 montados, mais 4516 sipais, carregadores e não combatentes 10.000.

Em 1902 foi estabelecida por decreto⁷ uma nova distribuição das diversas unidades e postos militares em Angola, Moçambique e Índia onde é dada ênfase à colocação das unidades distribuídas pelo território para poderem assim melhor exercer a soberania portuguesa e evitar a necessidade de se realizarem expedições para o controlo da população indígena. Igualmente no mesmo ano para S. Tomé e Príncipe é publicada uma portaria do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, a 14 de outubro de 1902, ordenando que as suas unidades do Exército colonial sejam constituídas com o efetivo máximo no que concerne às forças indígenas, também nos Boletins militares do Ultramar já tinham sido publicadas portarias, nomeadamente no Boletim Militar do Ultramar nº 20 de 1902 para Cabo Verde, nº 5 de 1903 e nº1 de 1904 para Timor, com o intuito de se alterarem os dispositivos de ambas as colónias. Nesse sentido, a 30 de Novembro é

⁷ Decreto de 19 Junho de 1902, Diário do Governo nº. 139, de 26 de junho

emanada uma portaria⁸, pedindo aos governadores das províncias ultramarinas que submetessem à apreciação superior todas as alterações que achassem necessárias à organização de 1901 tendo sempre em vista a economia de recursos do reino. Para analisar as propostas dos governadores foi criada por decreto (16 de novembro de 1905) uma comissão cujos estudos foram publicados cinco anos depois⁹. Apesar do trabalho realizado, estes estudos nunca chegaram a ser transcritos em nenhum decreto ou lei específica.

Em 1910 existiam várias praças de guerra presentes nas colónias, nomeadamente segundo Oliveira et al., (1995), na Guiné a praça de Bissau, em Angola as fortalezas de S. Miguel e S. Filipe, em Moçambique a fortaleza de S. Sebastião, na Índia as praças de Aguada, Damão e Diu, e em Macau a fortaleza do Monte. Segundo o autor, normalmente o Estado-Maior destas unidades era constituído por oficiais em serviço ativo, que podiam acumular funções, nomeadamente as de governador dos respetivos distritos onde estas se encontravam, como acontecia com as praças de Damão e Diu na Índia.

Em nota de conclusão deste capítulo, observou-se que durante o período tratado, as forças coloniais não tinham capacidade para responder a todas as necessidades operacionais para as quais foram criadas, sendo necessário recorrer a várias expedições militares vindas da metrópole para restabelecer o domínio Português nos territórios. Apesar disso estas forças tiveram uma grande importância na imposição e execução da soberania do reino junto das povoações nomeadamente as que se encontravam nos locais mais afastados dos centros urbanos, e na sua participação nas campanhas de pacificação.

⁸Diário do Governo nº 273, de 3 de dezembro de 1904

⁹ “Reorganização das forças coloniais” volume 1 trabalhos das subcomissões, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910, do Ministério da Marinha e Colonias.

CAPÍTULO 3

1ª REPÚBLICA (1910-1926)

Neste capítulo iremos abordar o dispositivo ultramarino do Exército Colonial durante o período relativo à Primeira Republica, compreendido entre 5 de Outubro de 1910 e 28 de Maio de 1926.

Após a Implantação da República, surge a 25 de Maio de 1911 um novo decreto¹⁰, que vem prever a organização geral do Exército metropolitano, a sua divisão militar territorial, e as orgânicas dos escalões das unidades e das diversas armas e serviços, bem como as suas divisões como foi o caso da Artilharia, de campanha e a pé. Sendo este decreto segundo Santos (2009, p.270) “um dos mais importantes documentos, senão o mais importante documento elaborado durante este período, pois é um diploma fundamental para a reorganização que se pretendia para o Exército da República”. Apesar da sua importância este dispositivo legal não dispunha nenhuma orientação para as forças coloniais.

3.1 A proposta inacabada de 1913

No que concerne ao nosso estudo apenas a 10 de Maio de 1913 surge no Diário do Governo uma proposta¹¹ de lei para a reorganização militar das províncias ultramarinas, realizada pelo na época Ministro das Colónias Almeida Ribeiro quem vem segundo Santos (2010) colmatar as falhas da legislação de 1901. No preâmbulo desta proposta surgem referências incluindo o pouco aproveitamento dos elementos indígenas pelas tropas coloniais, a inexistente organização das forças de 2ª linha e o “inaceitável regime do serviço de saúde”. Esta proposta continha entre outras, as bases para a organização do Exército colonial, as suas divisões territoriais, as orgânicas das forças e os quadros das diversas Armas e Serviços. Contudo esta proposta de lei nunca chegou a ser concretizada, embora segundo Santos (2010) algumas das suas ideias essenciais tenham sido aproveitadas pelas chefias militares, o que nos leva a crer que mais tarde tenham sido utilizadas para a criação do Decreto 11746 de 19 de Junho de 1926, que surgiu já fora do

¹⁰ Diário do Governo nº 122 de 26 de maio de 1910

¹¹ Diário do Governo nº 108 de 10 de maio de 1913

regime da 1ª República. Importa também referir a divisão que Almeida Ribeiro dava às tropas de primeira e segunda linha. As primeiras constituídas por companhias de Infantaria, esquadrões de Cavalaria e baterias de Artilharia, que dispunham de uma formação geral militar completa e encontravam-se prontas a operar em zonas de guerra e nomeadamente em ações de exploração e combate, enquanto as tropas de segunda linha atuavam preferencialmente em serviços auxiliares na zona da frente e na retaguarda, sendo constituídas por companhias de exploradores, administração militar, engenharia, saúde, sipais e auxiliares.

Quanto às orgânicas, das tropas de 1ª linha, as baterias de Artilharia eram constituídas por duas ou três divisões, estas podiam ser de praça, sítio ou de costa tendo cada uma a duas peças ou então de montanha ou campanha a duas peças cada, sendo que cada divisão possuía em regra um oficial subalterno e a cada peça um sargento responsável, sendo os seus efetivos variáveis de acordo com cada tipo de sistema que estivessem a operar. Os esquadrões de Cavalaria tanto indígenas como europeus tinham uma guarnição de 60 a 120 soldados, chefiados por um capitão, um tenente, dois a quatro alferes, um primeiro-sargento e quatro a seis segundos sargentos, sendo que nas unidades indígenas os graduados eram por norma europeus e as praças todas indígenas. Para além dos esquadrões existiam também pelotões independentes de cavalaria com um tenente como comandante, um alferes um primeiro-sargento e dois a quatro segundo sargentos com um efetivo de 30 a 40 soldados. A arma de Infantaria dispunha de companhias com um capitão, um tenente, um a cinco alferes, um primeiro-sargento, quatro a oito segundo sargentos e 60 a 180 soldados, sendo que as companhias indígenas podiam chegar a ter 240 efetivos. Também existiam pelotões independentes que dispunham de uma organização semelhante aos pelotões de Cavalaria, excetuando o pessoal específico destinado a tratar dos quadrúpedes. Para além destes existiam também secções de metralhadoras, que eram atribuídas servindo de reforço aos restantes dispositivos, compostas por três metralhadoras, cada sobre o comando de um tenente. Excetuando estas secções, todas as unidades dispunham de um oficial subalterno médico e um segundo sargento enfermeiro, e à Cavalaria somavam-se um subalterno veterinário e um segundo sargento enfermeiro hípico.

As tropas de 2ª linha dispunham também de organização dada por este decreto, nomeadamente as companhias de exploradores que dispunham de 160 a 192 praças, cujo comandante era um capitão de 2ª linha ou, se este não existisse, um tenente do quadro colonial de Infantaria, ou um tenente da arma de Infantaria do exército metropolitano, as

companhias de sipais tinham de 160 a 180 soldados, as companhias de auxiliares de 160 a 320, as companhias de engenharia e de administração 160 a 240 praças.

Em 1917 na sessão¹² de 5 de fevereiro, Domingos da Cruz, na altura como deputado, refere-se à proposta de 1913 chamando a atenção do plenário para o problema da organização do exército colonial afirmando a necessidade de se criar um “verdadeiro” exército enfatizando o facto de apesar de algumas propostas terem entrado em vigor através de sucessivos decretos, o seu conjunto nunca ter tido execução nem ter sido sequer discutido pelo parlamento até a data.

3.2 As soluções pontuais de 1914 e 1916

Apesar da inexistência de legislação específica para todo o Exército colonial, é publicado em 1914 um decreto¹³ que aumenta a guarnição da província de Angola com uma bateria mista de artilharia, um esquadrão de dragões e uma companhia europeia de infantaria, sendo posteriormente publicados durante o mês de novembro de 1916 cinco decretos¹⁴ efetuando alterações nas guarnições militares de Cabo Verde, Guiné, Índia, Timor e Angola.

Em Cabo Verde, foi aumentado um pelotão à polícia rural, tendo para isso sido extinta a secção de Artilharia da cidade da Praia e diminuído o efetivo da secção do Mindelo. Na Guiné foram extintas, a 1ª e 2ª companhias indígenas de Infantaria, as secções de Artilharia, e o pelotão de polícia rural, sendo por sua vez criadas em substituição duas companhias indígenas mistas de Infantaria e Artilharia. No Estado da Índia são criados dois corpos de polícia, um em Damão, e o outro em Diu, em substituição da companhia indígena de Infantaria. Em Timor são apenas aprovadas pequenas alterações nas orgânicas das unidades tendo em vista a economia de recursos. Por último, em Angola são criadas mais seis companhias indígenas de Infantaria, numeradas de 23 a 28, dotando os distritos de Luanda e Benguela com mais duas companhias cada um e Quanza e Congo com mais uma companhia cada.

¹² Sessão n.º 27 do Diário da Câmara dos deputados

¹³ Decreto n.º 729 de 4 de agosto de 1914

¹⁴ Decretos n.º 2739 e 2746 de 7 de novembro, decreto n.º 2773 de 11 de novembro, decreto n.º 2791 de 21 de Novembro, decreto n.º 24 de novembro de 1916.

Um ano depois das cinco pequenas reorganizações supra referidas, são publicadas por decreto entre abril e novembro de 1917 as Cartas Orgânicas¹⁵ de Cabo Verde, Guiné, Índia, Timor, S. Tomé e Príncipe, Macau e Angola, sendo interessante referir alguns aspetos desta última, nomeadamente o duplo regime pelo qual os distritos podiam ser administrados. Estabelecia-se um primeiro, regime civil, que era aplicado nos territórios pacificados nomeadamente detentores de um desenvolvimento socioeconómico de nível europeu ou próximo e um segundo regime, militar que era aplicado nas regiões onde este desenvolvimento ainda não se encontrava alcançado e os povos não se encontravam completamente submetidos às leis e costumes da República. Esta administração militar era vista apenas como um estado provisório cujo objetivo final era trazer todos os territórios da colónia para o regime civil assim que as condições o permitissem.

Durante a guerra (1914-1918), a 23 de fevereiro de 1916 Portugal apreende todos os navios mercantes alemães presentes em portos nacionais e assim, a 7 de Março de 1916 através da declaração alemã, Portugal entra oficialmente na Primeira Grande Guerra. Não obstante esta beligerância formal, já desde 1914 que estávamos em conflito no nosso espaço ultramarino, nomeadamente em Angola e Moçambique, para onde foram enviadas diversas expedições da metrópole, para fazer frente à ameaça das forças alemãs¹⁶. Podemos até afirmar apoiados em Barata (1988) citando Gomes da Costa, que as ações militares Portuguesas efetuadas no espaço do império ultramarino eram mais reconhecidas e de maior importância do que as efetuadas em França. Barata coloca em questão se não teria sido mais vantajoso para Portugal ter combatido os alemães apenas em África onde era relativamente mais fácil obtermos vantagem, colocando assim o nosso esforço em Angola e Moçambique, onde poderíamos até termo-nos apoderado das colónias do nosso inimigo de onde conseguiríamos retirar grandes vantagens financeiras para o Império. Relembramos que naquele período Portugal se encontrava simultaneamente a combater as forças alemãs e a efetuar campanhas de pacificação para apaziguar os povos revoltosos do espaço ultramarino.

Das colónias onde as forças¹⁷ portuguesas se encontravam a combater, destacamos a Guiné onde “as operações que tiveram lugar no período de 1915-1918 não tiveram relação direta ou indireta com a Grande Guerra e em particular com os Alemães.

¹⁵ Diários do Governo de: 25 de Abril, 31 de maio, 27 de Julho, 23 de agosto, 27 de setembro, 5 de novembro e 28 de novembro de 1917.

¹⁶ Para além das expedições da metrópole, eram também normal serem enviados reforços entre colónias, sobretudo de Moçambique para Angola, Índia e Timor.

¹⁷ Ver no Anexo B imagem de 2 soldados moçambicanos durante a I Guerra.

Continuaram a ser escritas ações de pacificação” (Oliveira et al., 1993b, p.185), em particular as campanhas na Ilha de Bissau em 1915, lideradas pelo Capitão Teixeira Pinto contra as populações rebeldes nomeadamente grumetes e papéis, onde participaram, no âmbito das forças coloniais, a 1ª e 2ª companhias indígenas, cerca de 1500 irregulares e voluntários indígenas (Oliveira et al., 1993b).

Em Angola, por ocasião da 1ª Guerra, a colónia encontrava-se simultaneamente em operações contra o nosso inimigo declarado em 1916, e em campanhas de pacificação contra os povos “bastante minados pela influência alemã” (Cadernos Militares n.º2, p.32), nomeadamente os das regiões do sul de Angola, no Humbe, Cuanhama, Evale, Naulila, Cuamato e N’Giva. Combatemos também os alemães em Naulila e nos Gambos (Barata et al, 1988). Segundo Oliveira et al., (1993b) em 1916 estivemos igualmente em operações a sul do rio Voenga no âmbito das campanhas de pacificação para submeter às leis do Império as populações de Quisancuna, Voenga, Quincaricari e Pombo, onde participou a 3ª companhia indígena comandada pelo capitão José Antunes dos Santos.

Por sua vez em Moçambique encontravam-se as forças portuguesas também a combater sobre estas duas frentes, designadamente os alemães e as campanhas de pacificação. Quando eclodiu a Grande Guerra, a Alemanha possuía a norte de Moçambique, um extenso território conhecido por África Oriental Alemã, a partir do qual os alemães invadiram terras portuguesas antes da guerra e ocuparam Quionga, depois de transpor a fronteira ali definida pelo rio Rovuma” (Barata et al., 1988, p.98). Este território foi mais tarde recuperado após a declaração de guerra por parte da Alemanha, a 10 de Abril de 1916 pela expedição do tenente-coronel Moura Mendes, com “uma coluna de 400 homens sob o comando do major Portugal da Silveira, a qual embarcou para Palma e marchou sobre Kionga.” (Lourenço, 1943, p.157). De todas as campanhas de pacificação, talvez a mais importante de referir sejam as operações no Barué do início de 1917 onde “foram constituídas três colunas contra os rebeldes” (Oliveira et al., 1993b, p206) cujos efetivos do Exército colonial compreendiam, a 1ª companhia indígena da Beira, a 31ª e a 32ª companhias indígenas de Lourenço Marques, dois pelotões indígenas de Infantaria e um pelotão de Infantaria europeu.

3.3 A última organização militar colonial antes da ditadura militar

Após a Grande Guerra, foram estabelecidos em 1924 dois decretos¹⁸ com alterações aos dispositivos de Macau e Moçambique. O primeiro decreto extingue a companhia europeia de Infantaria e a companhia indígena de Infantaria de Macau criando-se o grupo misto de metralhadoras e Infantaria. O segundo extingue em Moçambique a guarda republicana de Lourenço Marques sendo para isso criado no mesmo local um esquadrão de dragões e a 10ª companhia indígena de Infantaria, ambas com sede em Lourenço Marques.

Após a compilação da legislação apresentada neste capítulo e no anterior, no período seguinte à organização de 1901, e dada a ausência de uma reestruturação geral nas forças do Exército colonial, apresentamos abaixo o quadro dos dispositivos que conseguimos deduzir em resultado de todas as alterações realizadas no período que decorre entre 1901 e 1924.

Quadro 3 – Dispositivo de forças em 1924

	Cabo Verde	Guiné	S. Tomé e Príncipe	Angola	Moçambique	Macau	Índia	Timor	Total
Baterias mistas de Artilharia de montanha e guarnição	-	-	-	2	1	-	1	-	4
Grupo misto de metralhadoras e Infantaria	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Companhias europeias de Artilharia de guarnição	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Companhias europeias de Artilharia de campanha	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Companhia indígena de artilharia de guarnição	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Companhias mistas de Artilharia e Infantaria	-	2	-	2	2	-	-	-	6
Companhias mistas de Artilharia de guarnição e Infantaria	-	-	1	-	1	-	-	-	2
Companhias europeias de Infantaria	1	-	-	2	2	-	1	-	6
Companhias indígenas de Infantaria	-	-	-	28	13	-	5	1	47
Esquadrões de dragões	-	-	-	2	3	-	-	-	5
Esquadrões indígenas de Cavalaria	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Pelotões independentes de Dragões	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Corpos de polícia	1	-	1	1	1	1	3	-	8
Batalhões disciplinares	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Companhias de depósito	-	-	-	4	4	-	-	-	8
Secção de depósito	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Secção de Artilharia	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Bandas de música europeias	-	-	-	3	2	-	-	-	5
Bandas de música indígenas	1	-	1	-	-	1	1	-	4

Fonte: decretos de 1901, 1902, 1916 e 1924

¹⁸ Boletim militar do ultramar de 1924, diploma legislativo colonial nº 16 de 25 de abril de 1924 e diploma legislativo colonial nº37 de 5 de setembro de 1924.

Os dados apresentados neste quadro, permitem-nos observar que na generalidade, após a organização de 1901, todas as colónias viram os seus dispositivos aumentados, nomeadamente, no que concerne à Infantaria, cujo total aumentou em 15 companhias indígenas, com destaque para Angola onde também as forças de Artilharia e Cavalaria aumentaram, com mais duas baterias e dois esquadrões respetivamente.

Analisando cada colónia *per si*, observamos que em Cabo Verde não se registaram alterações nos quantitativos gerais das unidades, apesar de ter sido acrescido um pelotão de polícia rural ao corpo de polícia, que foi buscar efetivos à extinção da secção de Artilharia da cidade da Praia e à diminuição da secção do Mindelo.

Na Guiné foi criada uma companhia mista de Infantaria e Artilharia e foram extintos os seus dois pelotões independentes de Dragões. Nas ilhas de S.Tomé e Príncipe¹⁹, as guarnições mantiveram-se inalteradas, sendo esta a única colónia onde este fenómeno ocorreu, ao contrário do que se passou em Angola que foi a região que registou maior aumento de forças. Moçambique teve os seus dispositivos aumentados com uma companhia mista de Artilharia e Infantaria e um esquadrão de Dragões e três companhias indígenas de Infantaria. Em Macau foram acrescidos um grupo de metralhadoras e Infantaria e uma companhia europeia de Artilharia de campanha, sendo no entanto subtraída uma companhia europeia de Infantaria. A Índia perdeu uma companhia indígena de Infantaria e viu criados dois Corpos de Policia. Por sua vez Timor perdeu as suas duas companhias mistas de Artilharia de montanha e Infantaria, e o pelotão independente de Dragões, sendo o seu dispositivo aumentado por uma companhia indígena de Infantaria um esquadrão indígena de Cavalaria e uma secção de Artilharia.

Durante o período relativo a este capítulo podemos observar que não existiu nenhum diploma legislativo que viesse reorganizar todo o dispositivo do Exército colonial. Ao invés existiram vários decretos dispondo organizações pontuais em cada uma das colónias que de modo geral viram aumentada a presença militar. Contudo continuaram a ser necessárias expedições vindas da metrópole para participarem nas Campanhas de Pacificação e nas operações relacionadas com a I Guerra. É de notar também que as forças militares das colónias continuavam a não ser só um dispositivo de combate, mas também de representação nacional e com missões no âmbito da administração, gestão e segurança das colónias.

¹⁹ Ver Anexo C, imagem militares do corpo de polícia de S. Tomé e Príncipe.

CAPÍTULO 4

FIM DA 1ª REPÚBLICA À II GRANDE GUERRA (1926-1939)

Neste capítulo iremos debruçar-nos sobre as diversas reorganizações dos dispositivos das forças militares das colónias após a instauração da ditadura militar (1926) até ao início da II Grande Guerra em 1939.

Menos de um mês após a queda da 1ª República surgem, pelo Decreto 11746 de 19 de Junho de 1926, novas bases para a reorganização do Exército Colonial, sendo no seu preâmbulo enfatizada a necessidade de utilizar “mais e melhor” o elemento indígena, assim como realizar uma homogeneização entre as forças metropolitanas e coloniais. Este processo resultou da experiência obtida durante a 1ª Grande Guerra (1914-1918), tendo sido considerada urgente a remodelação da estrutura destas tropas, de modo a poderem operar com eficiência tanto nas províncias de onde eram originários, como na metrópole ou mesmo no estrangeiro, em caso de guerra. Segundo Cruz (2014, p.217) “O Decreto nº 11746, de 16 de Junho de 1926, tornou o Exército único, extinguindo o quadro privativo das forças coloniais”, indo de encontro a este novo conceito de interoperabilidade. Posteriormente no mesmo ano são publicados dois decretos extinguindo o primeiro, por vontade do governador, a companhia indígena mista do grupo misto de metralhadoras de Macau, e o segundo vem a extinguir o corpo de polícia e fiscalização, criando em seu lugar um corpo de polícia indígena. Em dezembro é publicado em decreto²⁰, a constituição das forças da guarnição militar que se constituía no Estado da Índia, referindo também o documento que à data ainda não se encontravam regulamentadas as bases para a reorganização colonial que já havia sido publicada em julho do mesmo ano. Mais tarde, em 1927, é publicada por decreto²¹ uma nova organização das armas e serviços do Exército com o objetivo de poupar recursos e efetuar uma maior concentração de pessoal e meios. Apesar de à data os antigos exércitos, colonial e metropolitano se encontrarem unificados, este decreto mostra apenas alterações no quadro referente às unidades europeias. Porém, do ponto de vista deste estudo, este decreto permite-nos observar como se encontravam definidas as organizações dentro das diversas armas e serviços. À data a arma de Infantaria era composta por regimentos de Infantaria, batalhões de caçadores, batalhões de ciclistas,

²⁰Ministério das Colónias, decreto Nº 12799 de 10 de dezembro, Boletim Militar do Ultramar de 1926.

²¹ Decreto Nº 13851 de 29 de julho de 1927, Diário da Republica Nº130, I série.

batalhões de metralhadoras, companhias de engenhos de acompanhamento e companhias de carros ligeiros de combate. A Artilharia tinha unidades de Artilharia ligeira, Artilharia pesada, e Artilharia de costa; a Cavalaria compreendia brigadas e regimentos de Cavalaria e esquadrões de autometralhadoras.

Em 1931 é publicado um novo decreto²² com as novas normas para o recrutamento militar nas colónias, nomeadamente no que diz respeito aos indígenas e europeus naturais ou residentes. Segundo Dias (1932) estas novas disposições contribuíram para colmatar as falhas do decretado em períodos antecedentes, nomeadamente no referente à promoção de medidas que incentivavam o regime de voluntariado. De realçar ainda a distribuição dos mancebos por unidades com clima similar aos seus locais de origem e a criação de aulas de português nas unidades indígenas. O ensino do português transcendeu segundo o autor o alcance militar, tornando-se num catalisador para a nacionalização e difusão da língua nas colónias. A ausência dos dois fatores acima referidos já se havia revelado fatal em períodos anteriores.

Num dos seus textos²³ publicado na Revista Militar em 1932, o Capitão Sousa Dias, faz também referência às disparidades dos exércitos agora unificados, comparando os seus efetivos à data, 317.000 na metrópole e 205.000 nas colónias com os seus orçamentos respetivos, chegando à conclusão de que apesar das forças além-mar terem 2/5 dos militares apenas dispunham dum orçamento de aproximadamente metade daquele que estava dotado para o Exército presente na metrópole.

4.1 Organização do Estado Novo

Após a entrada em vigor da nova Constituição a 11 de Abril de 1933, que marcou o início do Estado Novo, e que também veio republicar o Acto Colonial²⁴, a 24 de Outubro de 1935 é emanado o Decreto 25979 que vem atualizar a organização e o funcionamento dos quartéis-generais e das repartições militares das colónias, presente no Decreto de 18 de Novembro de 1901 já dado como antiquado. Tal como no Decreto de 19 de Junho de 1926, no preâmbulo deste é dada ênfase às renovações que são feitas de modo a permitir um melhor emprego operacional das forças coloniais tanto nas regiões a que estavam afetas, na metrópole ou noutras colónias em caso de necessidade, como também dada importância de

²² Decreto Nº 19220 de 9 de janeiro de 1931, Diário da Republica Nº7, I série.

²³ “A defesa de Angola”.

²⁴ Decreto-lei Nº 22465 de 11 de abril de 1933.

relevo às tropas presentes em Angola e Moçambique como ativos importantes no conjunto do Exército Português.

Para demonstrar as alterações realizadas após o dispositivo militar de 1924, apresentamos seguidamente um quadro relativamente ao aparelho militar das colónias em 1936.

Quadro 4 – Dispositivo de forças em 1936

	Cabo Verde	Guiné	S. Tomé e Príncipe	Angola	Moçambique	Macau	Índia	Timor	Total
Baterias mistas de Artilharia	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Baterias automóveis de Artilharia	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Companhias de Artilharia	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Companhias de Caçadores	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Companhias de atiradores	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Companhias de Metralhadoras	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Companhias mistas de engenhos	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Companhias indígenas de Infantaria	-	-	-	12	10	1(Moçambique)	-	-	23
Companhias indígenas de metralhadoras	-	-	-	1	2	-	-	-	3
Companhias de polícia indígenas	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Esquadrão de Dragões	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Corpo de polícia e fiscalização	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Corpo de polícia indígena	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Pelotões mistos de Infantaria e Artilharia	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Pelotões de Polícia de fronteira	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Secções de Artilharia	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Secções de Artilharia indígenas	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Secções de depósito	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Bandas de música	-	-	-	-	1	-	1	-	2

Fonte: Historia do exercito português vol. III p.454, quadro 3.

O quadro acima exibido, permite-nos concluir face ao capítulo anterior, que existiu uma redução generalizada das unidades de todas as armas e em todas as colónias, após a Grande Guerra e as Campanhas de Pacificação.

As maiores reduções tiveram lugar na Infantaria, que viu os seus dispositivos diminuir em 23 companhias, sendo que só Angola perdeu 16. As unidades de Cavalaria sofreram um decréscimo de cinco esquadrões, ficando a existir só um em todo o Império Ultramarino e a Artilharia viu-se reduzida em quatro baterias ficando a existir apenas três. É também de referir que esta é a primeira vez em que aparece uma unidade de engenhos, concretizando-se por via de uma companhia mista em Angola e a primeira em que surge uma Bateria automóvel de Artilharia e uma companhia de metralhadoras, também na mesma colónia.

Observando o caso particular de cada colónia, verifica-se que em Cabo Verde foram criados um pelotão misto de Infantaria e Artilharia e uma secção de Artilharia, tendo sido extintas uma companhia indígena de Artilharia de Guarnição, uma companhia europeia de Infantaria, o corpo de polícia e a banda de música tal como na Guiné que para além dessa banda perdeu também duas companhias mistas de Infantaria e Artilharia e viu criada uma companhia de polícia indígena. S.Tomé e Príncipe perdeu uma companhia mista de Artilharia de guarnição e Infantaria. Por sua vez Angola que foi a colónia com mais cortes, viu-se diminuída em dois esquadrões de Dragões, um corpo de polícia, quatro companhias de depósito, 16 companhias indígenas de Infantaria e uma banda de música, tendo sido nela criadas, uma bateria automóvel de Artilharia, um companhia mista de engenhos e uma companhia indígena de metralhadoras. Moçambique perdeu dois dos seus três esquadrões de Dragões, uma companhia de depósito, e o seu corpo de polícia²⁵, tendo visto o seu dispositivo aumentado em duas companhias indígenas de metralhadoras. Mais a oriente, Macau perde a sua companhia europeia de Artilharia de guarnição, o seu corpo de polícia e a banda de música, sendo aumentado com uma companhia indígena de Infantaria proveniente de Moçambique. Na Índia são extintas quatro unidades da arma de Infantaria, uma bateria mista de Artilharia de montanha e guarnição dois corpos de polícia e um pelotão de dragões, sendo no entanto criada uma secção de Artilharia. Por último, Timor

²⁵ Ver anexo D, fotografia de Cipaio da polícia de Moçambique no início da década de 1930. Cipaio ou Cipaio: significa “soldado” e resulta da designação dos soldados indianos que serviam no exército da Companhia Britânica das Índias Orientais. Esta designação foi adotada também pelos portugueses para designar as tropas nativas nas suas colónias no oriente.

perde um pelotão independente de dragões e uma secção de Artilharia, sendo no entanto criado um pelotão de polícia de fronteira.

Em 1937 é emanada a Lei²⁶ N° 1960 de 1 de setembro, onde é estabelecida a nova organização do Exército. Neste âmbito dá-se ênfase ao artigo 2.º que reitera que o Exército compreende as forças metropolitanas e coloniais e que estas se encontram sujeitas a princípios gerais orgânicos comuns e aos artigos 3º e 4º que definem a constituição do exército metropolitano e colonial, sendo o último composto por portugueses originários ou naturalizados e filhos de pais europeus (nascidos na metrópole).

Posteriormente a 31 de dezembro na sequência da lei anterior, é publicado o decreto²⁷ 28401 que teve por base a lei de 1 de setembro. Este decreto veio instituir os quadros de serviço ativo e permanente do Exército e seus efetivos e a organização das unidades por escalão e arma. Neste documento podemos observar que apesar dos exércitos estarem unificados pelo decreto de 16 de Junho de 1926, a reorganização que este decreto dispunha era apenas dedicado à metrópole, não havendo alterações nas forças coloniais. No período em estudo neste capítulo, podemos destacar a junção do Exército colonial ao Exército metropolitano em 1926 e a criação de aulas de português nas unidades indígenas em 1931, mas não se observou reformas de fundo na presença militar em cada território ultramarino.

CAPÍTULO 5

II GUERRA MUNDIAL À GUERRA DE AFRICA (1939-1961)

Neste capítulo procuramos descrever o dispositivo do Exército Português nas nossas antigas colónias, durante o período da II Grande Guerra até ao início da Guerra de Africa em 1961.

A 14 de Julho de 1939 é publicado o decreto²⁸ N° 29689 que vem definir provisoriamente as unidades e formações militares nas colónias em tempo de paz, pois apesar de ainda se encontrar em estudo a reorganização destas, foi considerado urgente

²⁶ Diário do Governo N.º 204, I série de 1 de setembro de 1937.

²⁷ Diário do Governo N.º 304, I série de 31 de dezembro de 1937.

²⁸ Diário do Governo N° 137, I série de 14 de junho de 1939

efetuar alterações aos dispositivos de modo a garantir uma maior eficiência e aproveitamento das forças. Relembrando que estávamos em inícios da II Guerra Mundial, e citando Oliveira et al., (1994, p424) “As ameaças, quanto à integridade do território nacional, agravaram-se com o desencadeamento e a evolução da guerra” nomeadamente, no relativo ao nosso estudo, Cabo Verde era de interesse de qualquer das partes envolvidas na Guerra, e Angola e Moçambique que faziam fronteira com antigos territórios Alemães e que se encontravam “sob cobiça da União Sul Africana” Oliveira et al., (1994p.424). No quadro seguinte apresentamos a organização provisória estabelecida no início da II Guerra Mundial.

Quadro 5- Dispositivo de forças em 1940²⁹

	Cabo Verde	Guiné	S. Tomé e Príncipe	Angola*	Moçambique*	Macau	Índia*	Timor	Total
Baterias de Artilharia	-	1	-	3	0 (deviam existir 3 segundo o decreto)	1	1	1	7
Companhias de caçadores	2	3	1	12	10	-	2	2	32
Companhias de Infantaria	-	-	-	-	2	-	-	-	2
Companhias de engenhos	-	1	-	3	3	-	1	1	9
Companhias de metralhadoras	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Esquadrões de dragões	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Companhias de depósito e recrutamento	-	-	-	-	3 (não estava prevista pelo decreto)	-	-	-	3
Bandas de música	-	-	-	-	1 (não estava prevista pelo decreto)	-	-	-	1

Fonte: Decreto n.º 29689, Diário do Governo n.º 137, I série de 14 de Junho de 1939.

Com este novo decreto vemos na sua generalidade um aumento dos dispositivos em relação ao antecedente, no seu total as companhias de Infantaria passam de 26 para 34 aumentando em quase um terço, e as Baterias de Artilharia mais que duplicam o seu número de três para sete e ao inverso, as unidades tipo esquadrão de Cavalaria diminuem de cinco para dois e as bandas de música de duas para uma.

Passando para o estudo de cada província, Cabo Verde viu o seu dispositivo aumentar de um pelotão misto de Infantaria e Artilharia e uma secção de Artilharia para duas companhias de caçadores. A Guiné que estava provida apenas de uma companhia de Polícia, passa a ter uma bateria de Artilharia, três companhias de caçadores e uma companhia de engenhos. S. Tomé e Príncipe perde a sua companhia de polícia indígena e

²⁹ * Dados confirmados em História do Exército Português, volume III, p.460

passa a ter uma companhia de caçadores. Angola triplica as suas baterias de Artilharia e companhias de engenhos de uma para três, mantem as suas 12 companhias de tipo Infantaria, mas perde a companhia de metralhadoras que tinha em 1935. Moçambique³⁰ aumenta em duas companhias de Infantaria, passa a ter três companhias de engenhos, e de depósito e recrutamento, perdendo porem duas companhias indígenas de metralhadoras. Macau perde uma companhia de Infantaria de Moçambique.

Na Índia é aumentada a secção de Artilharia para uma bateria, ganha uma companhia de engenhos, mas perde a sua banda de música e o corpo de polícia e fiscalização. Finalmente Timor passa a ter uma bateria de Artilharia, uma companhia de engenhos, mais uma companhia de infantaria, mas perde o seu pelotão de polícia de fronteira.

Não podemos deixar de referir que de 17 de Dezembro de 1941 a 1945 Timor foi ocupado à revelia do governo Português, numa primeira fase por forças australianas, holandesas e indonésias que argumentavam estar a proteger a região e o nosso espaço ultramarino da eminência da ocupação japonesa. Apesar disso na madrugada do dia 20 de Fevereiro de 1942 ocorreu a invasão da ilha pelas forças nipónicas, que apenas ali permaneceram até ao fim da II Guerra Mundial. É de salientar também que Portugal em 1942 havia acordado com ambas as partes³¹ que iria substituir as forças que se encontravam a ocupar Timor. Apesar disso, quando o contingente expedicionário português se encontrava já em deslocação o governo japonês pediu o seu adiamento, aproveitando para invadir o território apanhando todas as outras nações desprevenidas.

Nas restantes colónias em igual período é também de salientar que foram enviadas “diversas expedições para Cabo Verde, Angola e Moçambique, as quais ali se mantiveram até ao fim da II Guerra Mundial.” (Barata et al., 1988, p.102). Em Macau, apesar de ter mantido em parte³² a soberania portuguesa, esta colónia passou por tempos difíceis, acolhendo milhares de refugiados vindos da China, e da província inglesa de Hong Kong, ocupadas pelas forças japonesas.

³⁰ Ver anexo E, fotografia de dois landins da 10.^a companhia de caçadores. Landins era designação atribuída aos soldados indígenas do antigo exército colonial português em Moçambique. A origem deriva dos guerreiros Vátuas, antigos povos nativos da Africa do Sul e do sul de Moçambique, com grandes tradições guerreiras. A designação foi usada mais tarde para designar as unidades militares das colónias portuguesas, constituídas por soldados nativos.

³¹ Austrália, Japão, Indonésia e Holanda

³² Apesar de Portugal ter mantido as suas forças e o seu regime administrativo, Macau encontrava-se na presença de forças Japonesas e rodeado por estas, estando todos os territórios à sua volta sobre o domínio Japonês.

Apesar de no período da II Guerra não se ter registado nenhum incidente em Cabo Verde, atendendo à sua localização no Oceano Atlântico, e à proximidade do Senegal³³, considera-se que esta colónia se encontrava numa “zona de importante valor estratégico” Foram enviadas várias forças expedicionárias da metrópole para reforçar o dispositivo de Cabo Verde que compreendia, na Ilha de S. Vicente, três batalhões expedicionários de Infantaria, duas baterias de Artilharia de Costa, duas baterias de Artilharia contra aeronaves, uma bateria de referência e uma companhia de Sapadores; a ilha do Sal dispunha de dois batalhões expedicionários de Infantaria e uma bateria de Artilharia Contra aeronaves, na ilha de Santo Antão encontrava-se uma companhia de Infantaria e Santiago era guarnecida por uma companhia indígena de caçadores.

Em Moçambique foi também necessário reforçar o dispositivo militar para garantir a segurança dos caminhos-de-ferro da Beira e dos depósitos de combustível da Shell estrategicamente importantes para os Ingleses e que poderiam ser sabotados por forças alemãs. Segundo Barata et al. (1988) no decorrer da II Guerra Mundial foi considerado conveniente destacar tropas metropolitanas com o fim de reforçar as guarnições militares coloniais centralizando este empenhamento no ministério da guerra. Para esse efeito foi publicado o decreto³⁴ 32157 de 21 de Julho de 1942. Em 30 de dezembro de 1946 é publicado o decreto³⁵ 36071 que determina o regresso à dependência exclusiva do Ministério das Colónias, das forças militares presentes em Angola, Moçambique, Macau e Timor, em consequência do fim da Guerra. Apesar disso a 6 de setembro de 1949 a situação volta a inverter-se pelo decreto³⁶ 37542. Segundo o seu preâmbulo os “conflitos de jurisdição na administração e a eficiência e rendimento dos serviços” conduziram à colocação de todas as tropas coloniais e da metrópole sob a alçada do Ministério da Guerra, sendo os comandantes militares das colónias nomeados pelo Ministro da Guerra, em acordo com o Ministro das colónias, sendo também ouvido o governador da mesma.

Após a II Guerra Mundial, segundo Pimenta (2014, p.2) “Salazar, antecipando a pressão anticolonial das instâncias internacionais, em especial da ONU, realizou algumas modificações no quadro jurídico do colonialismo português”, nomeadamente na revisão constitucional de 1951 onde foi incorporado o Acto Colonial, e na substituição da Carta Orgânica do Império Colonial Português pela Lei Orgânica do Ultramar, que segundo este

³³O Senegal fazia parte da África equatorial francesa, e era apoiante do General De Gaulle que se opunha ao regime de Vichy da França ocupada pelos Alemães durante a II Guerra Mundial.

³⁴ Diário do Governo N.º 168 de 21 de julho de 1942.

³⁵Diário do Governo N.º 20 de 30 de dezembro de 1946.

³⁶Diário do Governo N.º 195 de 6 de setembro de 1949.

(Pimenta, 2014, p.2) “foi uma transformação sobretudo estética, ou seja, de terminologia: as expressões “Império Colonial Português” e “Colónias” foram substituídas por “Ultramar Português” e “Províncias Ultramarinas Portuguesas”.”.

5.1 O dispositivo pós II Guerra Mundial

A 3 de Abril de 1953 é publicada em diário no Governo N.º68 a Lei³⁷ da organização geral, recrutamento e serviço militar das forças terrestres ultramarinas, que tendo em conta ao que o nosso estudo interessa, define os órgãos de comando, unidades e estabelecimentos militares normalmente constituídos em tempo de paz nas províncias ultramarinas. Posteriormente à criação desta lei é emanado o decreto³⁸ 39541, onde são redefinidos os quadros efetivos e a constituição e composição das tropas no ultramar, que diferem apenas na nomenclatura e em algumas pequenas alterações do apresentado no quadro seguinte.

³⁷ Lei N.º 2080.

³⁸ Diário do Governo N.º 35 de 16 de fevereiro de 1954.

Quadro 6- Dispositivo de forças em 1954

	Cabo Verde	Guiné	S. Tomé e Príncipe	Angola	Moçambique	Macau	Índia	Timor	Total
Regimentos de Infantaria	-	-	-	3	3	-	-	-	6
Batalhões de caçadores	-	1	-	-	-	-	1	1	3
Batalhões de Engenharia	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Grupos mistos de Artilharia	-	-	-	3	3	-	-	-	6
Grupos de defesa de costa	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Grupos de Cavalaria Motorizados	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Baterias mistas de Artilharia	-	1	-	-	-	1	1	1	4
Baterias de defesa de costa	1	-	-	-	-	-	1	-	2
Companhias de caçadores	2	-	1	-	-	2	-	-	5
Esquadrões motorizados	-	-	-	-	-	1	1	-	2
Esquadrões mistos de Cavalaria	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Companhias de Engenharia	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Companhias disciplinares	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Companhias de saúde	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Companhias de quartel mestre	-	-	-	1	1	-	-	-	2

Fonte: Decreto 39541, Diário do Governo n.º 35 de 16 de fevereiro de 1954

Pela análise dos dispositivos podemos verificar que onde outrora existiam apenas companhias de Infantaria, passaram estas agora a estar organizadas em regimentos e batalhões, vendo o seu dispositivo aumentado em quase 50%. Regista-se ainda a existência de grupos mistos de Artilharia, no total, de sete baterias em 1939. As colónias passam a ter 24, e também na Cavalaria passam a existir grupos e os esquadrões aumentam de dois para nove, e os antigos grupos de engenhos passam também a constituir batalhões.

Cabo Verde viu acrescentadas às suas duas companhias de caçadores, uma bateria de defesa de costa e uma companhia disciplinar; a Guiné perdeu a sua companhia de engenhos e passou a ter um batalhão de caçadores ao invés das suas antigas três companhias. S. Tomé e Príncipe mantém o seu dispositivo inalterado, uma companhia de

caçadores. Angola e Moçambique passam a ter os mesmos dispositivos e vêem-nos substancialmente aumentados, de doze companhias de Infantaria cada, passa a ter três Regimentos, seis no total, as três companhias de engenhos que existiam em cada província passam a constituir batalhões, ambas passam a ter quatro Grupos de Artilharia, quando anteriormente Angola apenas tinha três baterias e Moçambique não tinha nenhuma. Ainda um Grupo de Cavalaria, totalmente novo em Angola e Moçambique apenas tinha do antecedente um esquadrão. Macau perde a sua companhia de metralhadoras, mas vê criadas duas companhias de caçadores, apesar do seu dispositivo interno não ter sido em grande parte aumentado. Foram ainda enviadas e destacadas para Macau inúmeras forças do império devido às ameaças causadas pela Revolução Chinesa de 1950 e aos incidentes de 1952³⁹. A Índia passa de duas companhias para um batalhão de caçadores, obtém uma bateria de defesa de costa e passa a ter um esquadrão motorizado. Este aumento pode encontrar-se associado à ameaça por parte das forças da União Indiana e às manifestações civis contra a soberania portuguesa do território. Timor de duas companhias passa a ter um batalhão de caçadores, vê criado um esquadrão misto de cavalaria e perde uma companhia de engenhos.

Em relação à lei⁴⁰ de 1953 podemos observar que as alterações apresentadas pelo decreto⁴¹ do ano seguinte relativas à arma de Infantaria foram as seguintes: os batalhões de Infantaria passam a chamar-se batalhões de caçadores passando-se o mesmo com as companhias da arma de infantaria que são apelidadas de companhias de caçadores. Na Artilharia as antigas baterias de Artilharia passam a baterias mistas de Artilharia: no referente à Cavalaria os esquadrões de Cavalaria motorizados passam a chamar-se apenas esquadrões motorizados.

Na organização das forças em 1954 a Arma de Infantaria passou a constituir regimentos dotados de uma companhia anticarro, dois batalhões de Infantaria e um batalhão de mobilização. Os batalhões de caçadores eram compostos por uma companhia de comando e serviços, três companhias de caçadores, uma companhia de acompanhamento e uma companhia de mobilização, perfazendo um total aproximadamente 800 homens. A companhia de comando e serviços compreendia uma secção de comando, um pelotão de informações e transmissões, um pelotão de metralhadoras auto, um pelotão de metralhadoras pesadas e um pelotão de sapadores. A companhia de acompanhamento

³⁹Barata et al., 1988, p.104.

⁴⁰ Lei 2060, Diário do Governo n.º 68 de 3 de abril de 1953.

⁴¹Decreto 39541, Diário do Governo N.º 35 de 16 de fevereiro de 1954.

possuía dois pelotões de metralhadoras, um pelotão de morteiros e dois pelotões de canhões anticarro, a companhia de mobilização compreendia impedidos nos serviços gerais, adidos e depósitos de pessoal e material. Por último, as companhias de caçadores eram compostas pelo comando e trem que compreendia uma secção de comando, uma secção lança-granadas e uma secção lança granadas anticarro, por um pelotão de acompanhamento a duas secções de metralhadoras e uma de morteiros, três pelotões de atiradores e um pelotão de mobilização.

A Artilharia tinha dois grupos mistos de Artilharia compostos por uma bateria de comando e serviços, duas baterias de bocas-de-fogo de campanha, uma bateria de bocas-de-fogo de antiaéreas e uma bateria de mobilização, um grupo de defesa de costa constituído por uma bateria de comando e serviços, três baterias mistas de Artilharia e uma bateria de mobilização, sendo que as companhias mistas eram constituídas por uma bateria de tiro de campanha e um pelotão de peças antiaéreas.

Relativamente à Arma de Cavalaria existiam dois grupos de Cavalaria motorizados compostos cada um por um esquadrão de comando e serviços, dois esquadrões de reconhecimento, um esquadrão auto e um esquadrão de mobilização. O esquadrão de comando e serviços compreendia um pelotão de comando, um pelotão de canhões anticarro, um pelotão de metralhadoras pesadas antiaéreas e um pelotão de sapadores. Os esquadrões de reconhecimento tinham dois pelotões de reconhecimento e os esquadrões auto, dois pelotões auto. Existiam também dois esquadrões motorizados que eram compostos a três pelotões de reconhecimento, mais um pelotão de mobilização apenas em Macau. Em Timor havia também um esquadrão misto que era constituído por dois pelotões de atiradores a cavalo, um pelotão de morteiros a cavalo, um pelotão auto e um pelotão de mobilização.

A Engenharia possuía dois batalhões de Engenharia compostos por uma companhia de comando e serviços, uma companhia de sapadores, uma companhia de transmissões, duas companhias de engenharia e uma companhia de mobilização. A companhia de comando e serviços era constituída por uma secção de comando, uma secção de informações e reconhecimento, uma secção de operações, uma secção de reabastecimento, um pelotão de assalto, um pelotão de pontes e um pelotão de equipamento mecânico e reparações. A companhia de sapadores compreendia três pelotões de sapadores. A companhia de transmissões dispunha de um pelotão de construções telefónicas por fios, um pelotão de exploração telefónicas por fios e um pelotão de transmissões telefónicas sem fios. As companhias de Engenharia tinham um pelotão de sapadores, um pelotão de pontes

e um pelotão de Transmissões. Existia também uma companhia de Engenharia na Índia e dois pelotões de sapadores, um pelotão de pontes e um pelotão de transmissões sem fios.

5.2 A Organização antes da Guerra de África

Antes do início da guerra (1961-1974) a presença militar nas colónias foi alterada em 1958 através do decreto⁴² 41577, que muda algumas disposições da lei anterior no que se refere à composição das forças terrestres nas diferentes províncias ultramarinas. Estas disposições têm por base motivos de ordem económica e de eficiência, tais como a rentabilização dos recursos de pessoal das províncias e o aproveitamento das unidades militares como “elemento de civilização, de desenvolvimento e de progresso das populações naturais”. O decreto 41578 de 1958 também regulava o funcionamento e constituição das unidades, estabelecimentos e outros órgãos das forças terrestres ultramarinas e a sua localização.

Posteriormente a 9 de junho de 1959 pelo decreto⁴³ 42310 foram introduzidas algumas alterações ao disposto no decreto 41577 no que respeita às forças terrestres presentes em Cabo Verde.

Após a compilação da legislação acima mencionada, produzimos um quadro com as unidades presentes nas províncias, conforme se apresenta a seguir.

⁴² Decreto 41577, Diário do Governo n.º 35 de 2 de abril de 1958.

⁴³ Diário do Governo n.º 131 de 9 de junho de 1959.

Quadro 7 - Dispositivo de forças em 1960

	Cabo Verde	Guiné	S. Tomé e Príncipe	Angola	Moçambique	Macau	Índia	Timor	Total
Regimentos de Infantaria	-	-	-	3	3	-	-	-	6
Batalhões de Engenharia	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Grupos de Artilharia de campanha	-	-	-	3	3	-	-	-	6
Grupos de Artilharia de guarnição	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Grupos ligeiros de Artilharia antiaérea	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Grupos de Reconhecimento	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Baterias de Artilharia de campanha	-	1	-	-	-	1	1	1	4
Baterias de Artilharia de defesa de costa	-	-	-	2	1	-	1	-	4
Baterias de Artilharia de guarnição	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Companhias de caçadores	2	4	1	-	-	2	4	4	17
Esquadrões de autometralhadoras	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Esquadrões de reconhecimento	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Esquadrões de Cavalaria	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Companhias de Engenharia	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Companhias disciplinares	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Companhias de saúde	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Companhias de intendência	-	-	-	1	1	-	-	-	2

Fonte:⁴⁴ Decreto-lei 41577, 41578, 42310

De modo geral podemos dizer que esta nova organização em vésperas da Guerra de África (1961-1974) não vem trazer grandes alterações ao que vinha do antecedente. As unidades de Infantaria são ligeiramente aumentadas em três companhias, mas a Cavalaria, Engenharia, e Artilharia não sofrem grandes alterações, à exceção de algumas nomenclaturas orgânicas alteradas.

Com as alterações presentes no decreto 42310⁴⁵ Cabo Verde perde uma companhia disciplinar. Na Guiné tal como na Índia⁴⁶ e Timor, deixam de ter as suas forças organizadas num batalhão de caçadores e passam a possuir quatro companhias. S. Tomé e

⁴⁴ Confirmado Angola, Moçambique e Guiné, Resenha histórica das campanhas de Africa volume 1 p.166.

⁴⁵ 42310 de 9 de Junho de 1959.

⁴⁶ Ver anexo F, fotografia de tropas landins a marchar em Goa em 1961.

Príncipe mantem a sua companhia de caçadores e em Angola é acrescentada uma bateria de Artilharia de defesa de costa e outra de antiaérea. Moçambique por sua vez ganha uma bateria de Artilharia de guarnição e outra de antiaérea; apesar desta diferença parecer significativa, não o é, pois já os grupos mistos da legislação de 1954 já possuíam uma bateria de Artilharia antiaérea. Em Macau as unidades mudam de nomenclatura e tem algumas alterações na sua orgânica, tal como nas restantes províncias, mas os quantitativos em termos de unidades permanecem iguais.

Em 1960 é publicado o decreto⁴⁷ 43351 a 24 de Novembro, que vem tratar da organização territorial do Exército o qual segundo o seu preambulo se encontrava regulada por disposições de 1937. Esta nova reorganização vem dividir o país em quatro regiões militares e sete comandos militares independentes, do nosso interesse, a 3ª região militar que abrangia Angola e S. Tomé e Príncipe, a 4ª região composta pelo território de Moçambique, e os comandos territoriais independentes de Cabo Verde, Guiné, Estado da Índia, Macau, e Timor.

Em nota de conclusão deste capítulo podemos referir que os seus marcos mais importantes se deram durante a II Guerra Mundial, com a ocupação de Timor, a situação em que se encontrou Macau, a necessidade do envio de reforços da metrópole para Cabo Verde, Angola e Moçambique e a reorganização apressada que se realizou em 1940 para todas as colónias.

⁴⁷ Diário do Governo n.º 273, I série de 24 de novembro de 1960.

CAPÍTULO 6

GUERRA DE ÁFRICA (1961-1975)

Este capítulo tem como objetivo abordar o último segmento temporal que nos propusemos estudar, estando este diretamente relacionado com o início da Guerra de África até à independência das colónias.

A Guerra de Africa teve início em Angola a 4 de fevereiro de 1961 pelas ações levadas a cabo pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) quando são atacadas; uma patrulha da Polícia de Segurança Pública, a Casa de Reclusão Militar, a Cadeia de S. Paulo e uma Esquadra de Polícia Móvel. Segundo Barata et al. (1988) os efetivos militares de Luanda, maioritariamente tropas nativas eram muito reduzidos para fazer face a esta nova ameaça, sendo essa uma das principais razões para terem sido enviadas inúmeros reforços da metrópole ao longo de toda a guerra.

Em dezembro de 1961 perdemos a Índia (constituída por Goa, Damão e Diu), no que começou pela invasão do exército indiano com cerca de 45 mil militares, no dia 18 desse mês contra os nossos militares, pouco mais de três mil que guarneciam a região, numa operação que durou aproximadamente 36 horas. Apesar disso o nosso governo recusou-se a aceitar a perda dos territórios na Índia, mantendo-os representados na Assembleia Nacional. Somente após o 25 de Abril de 1974 é que a soberania indiana foi reconhecida por Portugal.

A 16 de Fevereiro de 1962 é publicado o Decreto⁴⁸ 44190 que vem introduzir algumas alterações ao Decreto 43351⁴⁹ a 24 de novembro, que dispunha sobre a organização territorial do Exército. Este novo decreto estabelece o aumento da divisão do dispositivo militar de quatro para seis regiões militares, e de sete comandos territoriais independentes para oito. Em relação às alterações que importam para o estudo em causa, é de referir que a região militar de Angola passa a abranger somente o território desta província, estabelecendo-se S. Tomé como comando independente. Angola passa a estar subdividida em cinco comandos territoriais, designadamente, Cabinda, com sede em Cabinda, comando territorial do norte com sede em Carmona, comando territorial do centro com sede em Nova Lisboa, comando territorial do sul com sede em Sá da Bandeira e o comando territorial do leste, com sede no Luso.

⁴⁸Diário do Governo n.º 35 de 16 de fevereiro de 1962.

⁴⁹Diário do Governo n.º 273, I série de 24 de novembro de 1960.

Em relação à organização militar das campanhas na Guerra, Barata et al. (1988) afirma que esta campanha de início se baseava em Comandos Territoriais subordinados a um Quartel-General, que mais tarde foi substituída pela “quadrícula”. A “quadrícula” segundo Sena (2010) era semelhante ao sistema que se tinha implementado na Argélia pelos franceses, ficando este espaço ao encargo de um batalhão que por sua vez atribuía áreas de responsabilidade às companhias que nele se integravam podendo estas ser orgânicas ou de reforço. Denota-se também segundo Barata et al. (1988) que por vezes eram igualmente distribuídas áreas e pontos importantes que ficavam a cargo dos pelotões das mesmas companhias.

Segundo Sena (2010, p.80) existia “uma divisão generalista das tropas portuguesas, as de quadrícula e as de intervenção”, sendo que segundo o autor, as primeiras tinham um papel defensivo e de carácter socioeconómico no seio das populações, estando encarregues da sua proteção, enquanto as forças de intervenção, eram “tropas” especiais de carácter ofensivo e ataque cirúrgico”.

6.1 Organização de 1968

Neste subcapítulo é necessário destacar que abordamos apenas as unidades que eram consideradas como sendo do dispositivo territorial dos territórios, não referindo as unidades de reforço que foram sendo mobilizadas da metrópole para as antigas colónias. Verifica-se no entanto que a guerra teve naturalmente um grande impacto no dispositivo territorial próprio de cada território, em especial para a preparação dos militares do recrutamento local (naturais daqueles territórios), que neste contexto assumiu uma expressiva dimensão. No quadro seguinte apresentamos a situação das unidades territoriais ultramarinas existentes no final de década de sessenta.

Quadro 8 - Dispositivo das forças coloniais em 1968

	Cabo Verde	Guiné	S. Tomé e Príncipe	Angola	Moçambique	Macau	Índia	Timor	Total
Regimentos de Infantaria	-	-	-	3	-	-	-	-	3
Batalhões de caçadores	-	-	-	3	7	-	-	-	10
Batalhões Engenharia	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Batalhões de Transmissões	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Grupos de Artilharia de campanha	-	-	-	2	1	1	-	-	4
Grupos de Cavalaria	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Baterias de Artilharia de campanha	-	1	-	-	-	-	-	1	2
Companhias de caçadores	2+ 1 (metropolitana)	3	1+ 1 (metropolitana)	-	-	1	-	4	13
Companhias de milícias	-	21	-	-	-	-	-	-	21
Companhias de Transmissões	-	-	-	-	1	-	-	1	2
Companhias de Polícia Militar	-	-	1(metropolitana)	-	-	1	-	-	1
Esquadrões de Cavalaria	-	-	-	-	3	1	-	1	5
Pelotões de Artilharia Antiaérea	-	-	1	-	-	-	-	-	1

Fontes: Resenha Histórico-Militar das Campanhas de Africa, 1º Volume, registos e manuscritos do Arquivo Histórico Militar

Ao apreciarmos o dispositivo de 1967-68 verificamos um acréscimo nos quadros de Infantaria, aumentam-se seis companhias face ao antecedente, enquanto a Artilharia vê uma redução de dez baterias. Com esta reorganização passam a existir apenas unidades de Artilharia de campanha com excepção do pelotão de antiaérea de S. Tomé e Príncipe, sendo suprimidas todas as unidades de Artilharia de guarnição, antiaérea, e defesa de costa, com maior impacto para Angola e Moçambique. Por outro lado a Cavalaria viu o seu dispositivo aumentar em dois esquadrões, surgindo também a arma de Transmissões, separada da Engenharia e as companhias de milícias da Guiné que tiveram origem nos finais de 1964.

Particularmente podemos observar que Cabo Verde deixa de ter a sua Bateria de Artilharia de guarnição, a Guiné perde uma companhia de caçadores, e conta com um dispositivo de 21 companhias de milícias espalhadas pelo seu território. S. Tomé e Príncipe ganha um pelotão de Artilharia antiaérea. Angola tem mais três batalhões de caçadores, um batalhão de transmissões, e perde um grupo de Artilharia de campanha e outro de antiaérea e duas baterias de defesa de costa. Moçambique perde os seus três regimentos de Infantaria

mas ganha sete batalhões de caçadores ficando com mais três companhias, perde dois grupos de Artilharia de campanha, um grupo de Artilharia antiaérea, um grupo de Artilharia de Guarnição e uma bateria de Artilharia de defesa de costa. Macau que só tinha uma bateria de Artilharia passa a ter um grupo, dispõe também com uma companhia de caçadores, tendo convertido outra a seu pedido numa companhia de Polícia militar. Regista-se em Timor⁵⁰ mais uma companhia de Transmissões.

A 7 de abril de 1969 é emanado um novo decreto⁵¹, tendo em vista efetuar algumas alterações nas estruturas de comando, com o objetivo de adaptar o emprego dos meios militares de modo a fazer face às novidades e desafios trazidos pela guerra de subversão. Este decreto vem definir dois tipos de forças: as de guarnição normal que eram responsáveis pela proteção da província e preferencialmente constituídas com efetivos recrutados na região, e as forças de reforço que estavam aos dispor dos comandos-chefes com objetivo de poderem intervir quando fosse necessário.

6.2 Organização do final da Guerra de África

Finalizando este ciclo, apresentamos a seguir, mais um quadro, este com os dispositivos militares próprios das províncias ultramarinas no final de abril de 1974.

⁵⁰ Ver anexo G, fotografia das tropas de guarnição de Timor em 1970.

⁵¹ Diário do Governo n.º 157 de 7 de julho de 1969.

Quadro 9 - Dispositivo das forças coloniais em abril de 1974

	Cabo Verde	Guiné	S. Tomé e Príncipe	Angola	Moçambique	Macau	Índia	Timor	Total
Regimentos de Infantaria	-	-	-	3	-	-	-	-	3
Batalhões de caçadores	-	-	-	4	7	-	-	-	12
Batalhões de comandos	-	1	-	-	1	-	-	-	2
Batalhões de Engenharia	-	1	-	1	1	-	-	-	3
Batalhões de Transmissões	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Grupos de Artilharia de campanha	-	1	-	2	1	1	-	-	5
Grupos de Cavalaria	-	-	-	2	2	-	-	-	4
Agrupamentos de Transmissões	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Baterias de Artilharia de campanha	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Companhias de caçadores	2 + 1 Metropolitana	13	1 + 1 Metropolitana	-	-	1	-	4	23
Companhias de comandos	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Companhias de Transmissões	-	-	-	-	1	-	-	1	2
Companhias de Polícia Militar (metropolitana)	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Esquadrões de Cavalaria	-	-	-	-	3	1	-	1	5
Pelotões de caçadores	-	19	-	-	-	-	-	-	19
Pelotões de Artilharia Antiaérea	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Companhias de milícias	-	39	-	-	-	-	-	-	39
Grupos Especiais	-	-	-	86	84	-	-	-	170
Grupos especiais paraquedistas	-	-	-	-	12	-	-	-	12
Tropas especiais	-	-	-	15	-	-	-	-	15

Fontes: Resenha Histórico-Militar das Campanhas de Africa, Volumes 1º,2º,3º,4º, e registos e manuscritos do Arquivo Histórico Militar.

Da análise deste quadro, e face ao anterior, os principais aspetos gerais a destacar são, face ao quadro anterior, as alterações em Angola, Moçambique e Guiné, particularmente com o surgimento dos grupos especiais, grupos especiais paraquedistas, e tropas especiais, que se encontravam nos quadros das forças auxiliares tal como as companhias de milícias já anteriormente existentes na Guiné. Estas unidades encontravam-se destacadas ao longo do território das províncias e operavam normalmente em ações de contra - subversão.

Na arma de Infantaria denota-se a criação dos batalhões de comandos na Guiné e Moçambique, e das companhias em Angola, verifica-se ainda o aumento de um batalhão de caçadores e 10 companhias. Relativamente às outras armas, a Cavalaria foi aumentada em dois grupos, a Artilharia em um, e tanto a Engenharia como as Transmissões passaram a ter mais um batalhão.

Tendo em vista a análise de cada província, e começando pela Guiné⁵² e relembrando que esta se encontrava em guerra tal como Angola e Moçambique, denota-se um aumento exponencial nas suas forças, tal como nos dois restantes teatros. As maiores alterações deram-se no âmbito da arma de Infantaria, com a criação do batalhão de comandos, 10 companhias de caçadores e 19 pelotões. Foram também criadas mais 18 companhias de milícias dos quadros de auxiliares e um batalhão de Engenharia.

Em Angola foram constituídos mais um batalhão de caçadores, duas companhias de comandos, 86 grupos especiais, 15 grupos de tropas especiais e um grupo de Cavalaria. Na Província de Moçambique foi criado pela primeira vez um batalhão de comandos e um de Transmissões, mais um grupo de Cavalaria, 84 grupos especiais e 12 grupos especiais paraquedistas.

Concluindo este capítulo, em resumo, podemos destacar que a Guerra de África veio trazer grandes mudanças nas forças territoriais ultramarinas, tendo em vista o recrutamento e o enquadramento das populações locais, segundo o princípio da “africanização da guerra”⁵³ e o modelo do serviço militar obrigatório, que implicou o aumento das estruturas militares em Angola, Guiné e Moçambique para ministrar instrução e a mobilização de unidades regulares e especiais, como as unidades de comandos, grupos especiais, voluntários e tropas especiais.

⁵² Ver anexo H, fotografia das tropas locais na Guiné.

⁵³ A expressão a “africanização da guerra” traduz a estratégia militar portuguesa de envolver as populações nativas no esforço militar português, não apenas para aumentar o potencial militar mas também com o objetivo político de mostrar como uma grande parte da população local estava do lado português e não contra a presença portuguesa.

CAPÍTULO 7

SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS DISPOSITIVOS

Devido à dimensão do período e às diversas alterações das orgânicas, nomenclatura e tipologia das unidades militares em estudo, e para se conseguir efetuar uma comparação das mesmas, procedemos a uma observação dos dispositivos em cada uma das antigas colónias.

Produzimos para a nossa análise um quadro de unidades tipo onde apresentamos as unidades de Infantaria, Artilharia, Cavalaria e de Polícia, por serem estas as mais representadas durante os 64 anos sobre as quais nos debruçamos e serem aquelas que achamos serem mais adequadas para se compreenderem as alterações ocorridas com as diversas reorganizações que tiveram lugar durante o período em estudo (1910-1974).

7.1 Cabo Verde

Este subcapítulo pretende demonstrar as principais alterações ocorridas no conjunto das forças militares de Cabo Verde durante o nosso período de estudo. Para o efeito, abaixo apresentamos o quadro com a compilação das unidades de guarnição da província de Cabo Verde.

Quadro 10 - Dispositivo de forças em Cabo Verde

	1910	1924	1936	1940	1954	1961	1968	1974
Infantaria								
Companhias	1	1	-	2	2	2	3	3
Artilharia								
Baterias	1	1	-	-	1	1	-	-
Pelotões mistos com Infantaria	-	-	1	-	-	-	-	-
Secções	-	-	1	-	-	-	-	-
Corpos de Polícia	1	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: compilação dos quadros (2,3,4,5,6,7,8,9) dos capítulos anteriores.

Pela análise dos dados acima podemos observar que o dispositivo militar de Cabo Verde contou em média com um efetivo de três unidades de escalão companhia durante os 64 anos apresentados excetuando nos quadros de 1936 e 1940 onde contou com um menor número de forças. Apesar disto durante a II Guerra Mundial ainda que os seus quadros próprios se encontrassem aparentemente diminuídos, Cabo Verde contou com um aumento

da presença de forças expedicionárias vindas da metrópole, tal como nos anos relativos à guerra de África.

Durante todo período em estudo, notou-se uma predominância dada às unidades de Infantaria, havendo também a presença de Artilharia. Em relação à presença dos corpos de Polícia, esta ex-colónia apresenta uma tendência semelhante a Angola e Moçambique, pois ambas as regiões apenas contaram com estas unidades referenciadas nos quadros de 1910 e 1924.

Em relação à distribuição das suas forças pelo território, Cabo Verde nunca teve um efetivo suficiente próprio, para guarnecer com unidades todas as ilhas do arquipélago, como se pode verificar para os anos de 1960 e 1974 nos mapas 1 e 2 dos apêndices A e B.

7.2 Guiné

Neste subcapítulo pretendemos demonstrar as principais alterações ocorridas no conjunto das forças militares próprias da Guiné durante o nosso período de estudo e para isso, apresentamos o quadro seguinte com a compilação das unidades de guarnição da província.

Quadro 11 - Dispositivo de forças na Guiné

	1910	1924	1936	1940	1954	1961	1968	1974
Infantaria								
Batalhões	-	-	-	-	1	-	-	1
Companhias	-			3	-	4	3	13
Pelotões	-	-	-	-	-	-	-	19
Companhias de milícias	-	-	-	-	-	-	21	39
Artilharia								
Grupos	-	-	-	-	-	-	-	1
Baterias	-			1	1		1	-
Companhias mistas com Infantaria	1	2	-	-	-	-	-	-
Cavalaria								
Pelotões	2	-	-	-	-	-	-	-
Corpos de Polícia	-	-	1	-	-	-	-	-

Fonte: compilação dos quadros (2,3,4,5,6,7,8,9) dos capítulos anteriores.

No que respeita à evolução temporal do dispositivo de forças da Guiné podemos observar uma tendência de crescimento em todo o período excetuando no quadro de 1936, posterior ao início do Estado Novo,⁵⁴ seguido de um reforço notável em vésperas da II

⁵⁴ Marcado pela entrada em vigor da nova Constituição Portuguesa a 11 de Abril de 1933

Guerra Mundial. Em 1954 podemos observar a existência de uma tendência de crescimento e de centralização das forças de Infantaria com a criação de um batalhão quando anteriormente existiam três companhias independentes. No quadro seguinte imediatamente antes do início Guerra de África⁵⁵ notamos uma descentralização com a extinção do batalhão e criação de quatro companhias. Constatamos que no ano de 1968 é extinta uma companhia de Infantaria e criada uma bateria de Artilharia e só posteriormente com o seu auge em 1974, é que se nota um aumento significativo das forças próprias da Guiné onde se observam mais 10 companhias de infantaria relativamente ao ano de 1968 e um grupo de Artilharia, quando anteriormente existia apenas uma bateria.

Com o decorrer da Guerra de África podemos constatar que para além do aumento do seu dispositivo, a Guiné apresenta uma disposição mais uniforme das suas forças no conjunto do seu território; contudo nota-se a ausência de forças próprias deste território ultramarino nas suas ilhas; mantendo-se em Bissau a grande concentração das forças militares.⁵⁶

7.3 S.Tomé e Príncipe

Neste subcapítulo pretendemos demonstrar as principais alterações ocorridas no conjunto das forças militares de S.Tomé e Príncipe durante o período em estudo, apresentando seguidamente o quadro com a compilação das unidades de guarnição que existiam província.

Quadro 12 - Dispositivo de forças em S.Tomé e Príncipe

	1910	1924	1936	1940	1954	1961	1968	1974
Infantaria								
Companhias	-	-	-	1	1	1	2	2
Artilharia								
Companhias mistas com Infantaria	1	1	-	-	-	-	-	-
Pelotões antiaérea	-	-	-	-	-	-	1	1
Corpos de Polícia	1	1	1	-	-	-	1	1

Fonte: compilação dos quadros (2,3,4,5,6,7,8,9) dos capítulos anteriores.

Pela análise do quadro referente a S.Tomé e Príncipe podemos observar que as forças presentes nesta ex-colónia se basearam sempre num pequeno efetivo, até à

⁵⁵ Iniciada em Angola a 4 de fevereiro de 1961

⁵⁶ Consultar os apêndices C e D com os mapas 3 e 4.

reorganização de 1940, tendo sempre um corpo de polícia militar e uma companhia mista de Artilharia e Infantaria, esta última extinta no quadro de 1936. Posteriormente durante o período relativo à Guerra de Africa notou-se um reforço significativo das forças de guarnição desta ex-colónia, com a criação de um pelotão de Artilharia antiaérea, uma companhia de Infantaria e uma companhia de Polícia Militar metropolitana. Relativamente a esta última, o seu reforço poderá justificar-se pela falta de confiança⁵⁷ do comandante militar de S.Tomé e Príncipe nas forças naturais da colónia, pois considerava que estas se encontravam expostas à propaganda contra o regime e que apoiava a independência das colónias.

Em relação ao que conseguimos averiguar da distribuição dos seus dispositivos nestas duas ilhas, apesar do seu aumento, na organização do período anterior à Guerra de África e durante esta, todas as unidades militares da província se encontravam estacionadas na Ilha de S. Tomé, deixando Príncipe desguarnecida.⁵⁸

7.4 Angola

Este subcapítulo pretende demonstrar as principais alterações ocorridas no conjunto das forças militares de guarnição da colónia de Angola durante o período de estudo, deste modo a seguir apresentamos o quadro com a compilação das suas unidades.

⁵⁷ Carta redigida a 5 de fevereiro de 1965, pelo comandante militar de S.Tomé e Príncipe Tenente-Coronel João de Madureira Fialho Prego ao comandante-chefe das Forças Armadas de Angola. Fonte: Arquivo Histórico Militar, referência PT/AHM/07/B/16/294/31.

⁵⁸ Ver apêndices E e F com os mapas 5 e 6 em anexo.

Quadro 13 - Dispositivo de forças em Angola

	1910	1924	1936	1940	1954	1961	1968	1974
Infantaria								
Regimentos	-	-	-	-	3	3	3	3
Batalhões	-	-	-	-	-	-	3	4
Companhias	17	30	13	12	-	-	-	2
Grupos/ tropas especiais	-	-	-	-	-	-	-	101
Artilharia								
Grupos	-	-	-	-	4	4	2	2
Baterias	1	2	1	3	-	2	-	-
Companhias mistas com Infantaria	2	2	-	-	-	-	-	-
Cavalaria								
Grupos	-	-	-	-	1	1	1	2
Esquadrões	1	-	-	-	-	-	-	-
Corpos de Polícia	1	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: compilação dos quadros (2,3,4,5,6,7,8,9) dos capítulos anteriores.

Pelo que podemos observar, Angola apresenta-se como a ex-colónia portuguesa com maior número de efetivos em todas as organizações e reorganizações militares sobre as quais nos debruçamos. Este facto pode ser justificado pela sua dimensão, as inúmeras Campanhas de Pacificação que nela se realizaram, os combates no âmbito da Grande Guerra, as revoltas posteriores à II Guerra Mundial e por fim a Guerra de África. Juntamente com Moçambique, Angola foi quase sempre o epicentro dos combates durante o período que estudamos do antigo Império Colonial.

No que diz respeito ao desenvolvimento dos dispositivos podemos notar um padrão parecido ao das restantes ex-colónias, notando-se um crescimento gradual das forças, excetuando no período representado por 1936, e notando-se posteriormente uma estagnação em 1940. Seguiu-se depois um grande aumento dos dispositivos a seguir à II Guerra Mundial e durante toda a Guerra de África, com especial ênfase para os últimos anos, nomeadamente com a criação dos grupos especiais. Apenas se verificou uma exceção no que se refere à arma de Artilharia, que viu os seus efetivos diminuir após 1961.

Em relação à distribuição dos seus dispositivos, em 1916⁵⁹, a maior concentração de unidades encontrava-se no interior norte e sul da província, sendo que no centro, nomeadamente em Bailundo onde se encontrava uma companhia indígena de Infantaria, não existia mais nenhuma unidade do Exército num raio de mais de 100km. É de notar que

⁵⁹ Ver mapa apêndice G.

a estas unidades militares que se encontravam espalhadas pelos territórios eram de escalão companhia. Em 1940⁶⁰, já iniciada a II Guerra Mundial existiam menos unidades e as regiões do Sudeste de Angola nomeadamente Bié e Moxico encontravam-se desguarnecidas, tal como a região litoral a Norte de Luanda. Posteriormente em 1960⁶¹ antes do início da Guerra de África, nota-se uma concentração das forças em unidades de escalão batalhão e regimento deixando vastas áreas sem a presença efetiva de forças militares. No final da guerra em 1974⁶² verificamos que a tendência se vem alterar pois apesar das unidades convencionais se manterem organizadas no escalão batalhão e regimento, são criados os grupos especiais e tropas especiais, que no seu conjunto chegaram a ser 101 espalhados pelo território de Angola⁶³, nomeadamente nas regiões norte e no interior da província.

7.5 Moçambique

Este subcapítulo pretende demonstrar as principais alterações ocorridas no conjunto das forças militares na guarnição de Moçambique durante o nosso período de estudo, recorrendo-se para o efeito, ao quadro abaixo apresentado, contendo a compilação das forças que fizeram parte da guarnição da colónia.

Quadro 14 - Dispositivo de forças em Moçambique

	1910	1924	1936	1940	1954	1961	1968	1974
Infantaria								
Regimentos	-	-	-	-	3	3	-	-
Batalhões	-	-	-	-	-	-	7	8
Companhias	12	15	12	12	-	-	-	-
Grupos especiais/paraquedistas	-	-	-	-	-	-	-	96
Artilharia								
Grupos	-	-	-	-	4	5	1	1
Baterias	1	1	1	-	-	1	-	-
Companhas mistas com Infantaria	2	3	-	-	-	-	-	-
Cavalaria								
Grupos	-	-	-	-	1	1	1	2
Esquadrões	2	3	1	1	-	-	3	3
Corpos de Polícia	1	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: compilação dos quadros (2,3,4,5,6,7,8,9) dos capítulos anteriores.

⁶⁰ Ver mapa 8 apêndice H.

⁶¹ Ver mapa 9 apêndice I.

⁶² Ver mapa 10 apêndice J.

⁶³ Ver mapa 11 apêndice K.

A análise deste quadro permite-nos observar que Moçambique tem a particularidade de ser a única das antigas colónias portuguesas na qual existiram sempre unidades de Cavalaria durante todo o período em estudo, inclusive no ano de 1936 e 1940 foi a única a ter unidades desta Arma.

Para além desta, é de notar quanto à evolução dos seus dispositivos, Moçambique teve uma tendência de crescimento até ao ano de 1936, diminuindo neste e no ano seguinte de 1940 nomeadamente porque as três baterias de Artilharia presentes no decreto⁶⁴ que precedeu esta reorganização não chegaram a ser implantadas no terreno. Posteriormente a tendência natural foi sempre um aumento geral do total das unidades constituídas acentuando-se nos últimos anos da Guerra de África. Apesar deste facto após 1961 as forças de Artilharia viram um forte decréscimo nomeadamente devido a extinção das unidades de Artilharia de guarnição, defesa de costa, e antiaérea.

Relativamente à organização territorial dos seus dispositivos, em 1912⁶⁵, Moçambique apresentava uma maior concentração de forças, no litoral norte e sul, com o maior número de unidades concentradas em Lourenço Marques; na região da Beira não se encontrava nenhum dispositivo, e no interior da província apenas existia uma companhia indígena de Infantaria em Tete. Em 1940⁶⁶ nota-se uma distribuição mais uniforme das unidades pelo terreno, contudo continuava-se a verificar distâncias superiores a 200 km entre unidades e uma grande desertificação da região interior sul desta província. Antes da Guerra de África, em 1960⁶⁷ a distribuição espacial das unidades encontrava-se em moldes semelhantes, apesar de se notar um pequeno aumento nos escalões das unidades, fenómeno este que continuou a crescer no seio das unidades convencionais até 1975⁶⁸; apesar disso surgiram os grupos especiais e os grupos especiais paraquedistas que tinham um efetivo aproximado ao de um pelotão e que atuavam e se encontravam nas regiões do norte e centro do território⁶⁹.

⁶⁴ Decreto n.º 29689, Diário do Governo n.º 137, I série de 14 de junho de 1939

⁶⁵ Ver mapa 12 apêndice L.

⁶⁶ Ver mapa 13 apêndice M.

⁶⁷ Ver mapa 14 apêndice N.

⁶⁸ Ver mapa 15 apêndice O.

⁶⁹ Ver mapa 16 apêndice P.

7.6 Macau

Este subcapítulo pretende demonstrar as principais alterações ocorridas no conjunto das forças militares guarnição de Macau durante o nosso período de estudo, recorrendo-se para o efeito, ao quadro abaixo apresentado, contendo a compilação das forças que fizeram parte da guarnição da colónia.

Quadro 15 - Dispositivo de forças em Macau

	1910	1924	1936	1940	1954	1961	1968	1974
Infantaria								
Batalhões	-	1	-	-	-	-	-	-
Companhias	1		2	1	2	2	1	1
Artilharia								
Baterias	1	2	1	1	1	-	-	-
Cavalaria								
Esquadrões	-	-	-	-	1	1	1	1
Corpos de Polícia	-	1	-	-	-	-	1	1

Fonte: compilação dos quadros (2,3,4,5,6,7,8,9) dos capítulos anteriores.

Pela análise do quadro de Macau podemos observar que a evolução do seu dispositivo não seguiu o mesmo padrão das restantes colónias, nomeadamente nos seus sucessivos decréscimos no quadro de 1936 e 1940 e posteriormente em 1961, o que pode ser justificado devido ao facto da colónia se encontrar a oriente das suas congéneres africanas, não sofrendo as mesmas pressões e consequências das conjunturas militares da época, nomeadamente no que toca à severidade e consequência dos conflitos. Um bom exemplo desta diferença é evidenciado no quadro referente a 1924 que, conjuntamente com o de 1954, representa os maiores aumentos no dispositivo ocorridos em todo o período, estando este relacionado com as ameaças provocadas pela Revolução Chinesa, e o seguinte com decréscimo associado á alocação de recursos para a Guerra de Africa.

Em relação à distribuição espacial das forças⁷⁰ de Macau tanto em 1960 como em 1975, podemos verificar que estas se encontravam todas estacionadas na cidade de Macau sem nenhuma unidade constituída nas suas ilhas.

⁷⁰ Ver mapas 17 e 18 dos apêndices Q e R.

7.7 Índia

Este subcapítulo pretende demonstrar as principais alterações ocorridas no conjunto das forças militares de guarnição da Índia portuguesa, durante o nosso período de estudo, recorrendo-se para o efeito, ao quadro abaixo apresentado, contendo a compilação das forças que fizeram parte da guarnição desta colónia.

Quadro 16 - Dispositivo de forças da Índia

	1910	1924	1936	1940	1954	1961	1968	1974
Infantaria								
Batalhões	-	-	-	-	1	-	-	-
Companhias	7	6	2	2	-	4	-	-
Artilharia								
Baterias	1	1		1	2	2	-	-
Secções	-	-	1	-	-	-	-	-
Cavalaria								
Esquadrões	-	-	-	-	1	1	-	-
Pelotões	1	1	-	-	-	-	-	-
Corpos de Polícia	1	-	1	-	-	-	-	-

Fonte: compilação dos quadros (2,3,4,5,6,7,8,9) dos capítulos anteriores.

No quadro acima, podemos observar que o dispositivo de forças da Índia, não apresentou um comportamento semelhante ao das restantes colónias, nomeadamente em relação com as africanas, tendo a sua organização demonstrado uma tendência para diminuir até ao período da II Guerra Mundial.

Seguiu-se depois um aumento e centralização das unidades observando-se a criação de um batalhão de Infantaria que posteriormente em 1961 se apresenta extinto, deixando no seu lugar quatro companhias de Infantaria, no que parece ser uma ação de descentralização das forças.

Não podemos deixar de referir que esta foi a única colónia que Portugal perdeu definitivamente durante o período sobre o qual este trabalho se foca, em dezembro de 1961.

No que diz respeito à distribuição das forças no pelo território tanto em 1916⁷¹ como em 1960⁷², esta província ultramarina concentrava o grosso do seu dispositivo em Goa, tendo apenas um corpo de polícia em Damão e outro em Diu em 1916 e em 1960

⁷¹ Ver mapa 19 apêndice S.

⁷² Ver mapa 20 apêndice T.

uma companhia de caçadores em Damão e um destacamento dessa mesma companhia em Diu.

7.8 Timor

Este subcapítulo pretende demonstrar as principais alterações ocorridas no conjunto das forças militares de Timor, durante o nosso período de estudo, recorrendo-se para o efeito, ao quadro abaixo apresentado, contendo a compilação das forças que fizeram parte da guarnição desta colónia.

Quadro 17 - Dispositivo de forças de Timor

	1910	1924	1936	1940	1954	1961	1968	1974
Infantaria								
Batalhões	-	-	-	-	1	-	-	-
Companhias	-	1	1	2	-	4	4	4
Artilharia								
Baterias	-	-	-	1	1	1	1	1
Companhias mistas com Infantaria	2	-	-	-	-	-	-	-
Secções	-	1	-	-	-	-	-	-
Cavalaria								
Esquadrões	-	1	-	-	1	1	1	1
Pelotões	1	-	-	-	-	-	-	-
Pelotões de Polícia	-	-	1	-	-	-	-	-

Fonte: compilação dos quadros (2,3,4,5,6,7,8,9) dos capítulos anteriores.

Em Timor podemos observar que houve um aumento geral dos dispositivos militares até ao quadro de 1936, com uma ligeira quebra neste, facto ocorrido na maioria das colónias, notando-se posteriormente um padrão no que diz respeito à centralização das unidades na arma Infantaria. Refere-se, a título de exemplo, que no quadro referente a 1940 existiam duas companhias, em 1954 passa a existir somente um batalhão que se extingue em 1961, sendo criadas 4 companhias de Caçadores, (entre 1961 e 1974) tal como na Índia e na Guiné. Nota-se também que o dispositivo de Timor foi o único que se manteve sem alterações no seu quadro de unidades tipo de 1961 até aos finais de 1975, tendo no entanto sido criada uma companhia de Transmissões que surge no quadro referente ao ano de 1968.

Quanto ao posicionamento das suas forças no território, nos períodos⁷³ de 1960 e 1975, Timor apresentava uma distribuição equilibrada das suas unidades. Estas encontravam-se distanciadas de 50 a 100km umas das outras, estando o seu Quartel-general instalado em Díli que era o local onde se encontrava também a maior concentração de dispositivos.

⁷³ Ver mapas 21 e 22 apêndices U e V.

CONCLUSÃO

Nesta fase final do trabalho e após elaborada a pesquisa e análise das matérias obtidas, pretendemos responder à nossa questão inicial: “Como esteve organizado o dispositivo militar Português no espaço ultramarino em África e no Oriente (Índia, Macau e Timor) entre 1910 e 1975 e quais foram as principais reorganizações realizadas durante aquele período?”.

Com a intenção de abordar a nossa pergunta de partida, optamos por subdividi-la em três outras questões derivadas, sendo estas: “Qual era a tipologia das Unidades que guarneciam os espaços ultramarinos?”, “Como evoluiu o dispositivo territorial do Exército nas colónias?”, e “Como eram empregadas e quais as missões das forças durante o período em estudo?”.

Em resposta à questão derivada nº 1 “Qual era a tipologia das Unidades que guarneciam os espaços ultramarinos?”, observamos que o dispositivo territorial era guarnecido basicamente por unidade de escalão companhia, de infantaria e por unidades deste escalão combinando infantaria e artilharia (companhias mistas), assim como na artilharia predominava o escalão bateria e na cavalaria o escalão esquadrão e em muitos casos o pelotão independente. Este padrão organizativo baseado em forças de baixos escalões, traduzia uma expressiva descentralização do comando e controlo, cumprindo a finalidade de distribuir a presença das unidades militares nos territórios ultramarinos. Na segunda metade do século XX com a reforma de 1953, passaram a ser usados os Batalhões e Regimentos na organização das forças de Infantaria, os Grupos nas unidades de Artilharia e de Cavalaria. Esta mudança para um dispositivo mais centralizado, teve maior expressão nos territórios mais vastos de Angola e Moçambique. Observou-se posteriormente, durante a Guerra de África (1961-1974), que voltou a existir uma tendência para organizar as forças em unidades mais pequenas (maior descentralização), nomeadamente com a introdução das companhias de milícias na Guiné e dos grupos especiais em Angola e na Guiné.

Na primeira fase do período em estudo, notamos a modalidade de organização das forças de Artilharia e Infantaria em companhias mistas, modelo que prevaleceu até finais da década de 1920 início de 1930. Este conceito procurava rentabilizar as pequenas guarnições, dando-lhes um carácter mais polivalente, para guarnecer sistemas de armas de artilharia (de guarnição ou de montanha) e unidades de atiradores (infantaria).

É de notar também que até ao início da II Guerra Mundial existiam unidades do exército que eram designadas por corpos de polícia e que tinham um número de efetivos similar a uma companhia, desempenhando funções policiais diferentes das tradicionalmente afetas às unidades militares.

Relativamente à segunda questão “Como evoluiu o dispositivo territorial do Exército nas colónias?”, os dados recolhidos revelam que numa primeira fase existia uma tendência para as unidades se encontrarem muito dispersas nos territórios, sobretudo nos de maior dimensão, como era o caso de Angola.

Apesar das unidades se encontrarem afastadas entre si na tentativa de garantir o máximo de cobertura territorial, verifica-se, devido à dimensão do espaço onde estavam inseridas e ao seu reduzido número, que vastas regiões se encontravam sem a adequada cobertura de unidades do exército.

Com a reorganização de 1953 notou-se que os dispositivos tenderam a estar mais concentrados devido à integração de muitas companhias em batalhões e regimentos, localizados nos maiores centros populacionais, sedes de poder administrativo com maior incidência em Angola e Moçambique e principalmente através de unidades de Infantaria. Mais tarde com o decorrer da Guerra de África, e apesar da organização das “forças convencionais” continuar a tendência do antecedente, verifica-se a criação de um largo número unidades de escalão mais pequeno, em Angola, Moçambique e na Guiné, recuperando os modelos em que os dispositivos estavam mais dispersos no início do século XX.

Em relação à evolução da organização militar nas colónias durante o período em estudo, não podemos deixar de observar, que não existiu a aplicação de uma política concertada de longo prazo, dominando as soluções pontuais e as adaptações que eram possíveis realizar de acordo com as circunstâncias próprias de cada colónia. Existiram estudos e planos elaborados de forma sustentada, como os planos de 1910, 1913 e de 1940, mas a sua implementação não aconteceu de modo adequado.

Ao invés, muitas das reorganizações militares que se efetuaram, foram implementadas em resposta a necessidades urgentes, e não seguindo uma política militar integrada e planeada, o que na maioria das vezes, se materializava na incapacidade para as forças próprias de cada colónia fazerem frente às ameaças no momento em que estas surgiam, havendo a necessidade de se recorrer continuamente a reforços vindos da metrópole.

Sobre a última questão derivada, acerca do emprego dado às forças coloniais, verifica-se que no âmbito da defesa do território nacional, faltou sempre às forças ultramarinas a capacidade para garantirem o potencial adequado para fazer face às ameaças que afrontaram a soberania portuguesa além-mar. Foi o caso da invasão alemã em Moçambique durante a I Grande Guerra, da ocupação japonesa de Timor durante a II Guerra Mundial, da perda da Índia em 1961 e mesmo durante as campanhas de pacificação no início do século XX.

Para além da defesa dos territórios, as unidades do Exército desempenharam também tarefas no âmbito da segurança pública através das suas unidades, que algumas vezes eram também o único órgão representativo da soberania e da cultura portuguesa, facultando a ligação entre os povos indígenas e o Estado, especialmente nas primeiras décadas do século XX e mais tarde nas regiões mais recônditas do Império.

É também de notar que ao longo da história grande parte dos governadores das antigas colónias eram militares, maioritariamente oficiais do Exército, o que demonstra a influência e a importância da instituição militar nos territórios além-mar.

Após a realização deste trabalho, observamos que a maior dificuldade e limitação com que nos deparámos foi materializada pela falta de fontes sobre a localização e sobre a real presença de efetivos militares nos dispositivos militares antes da Guerra de África, nomeadamente nas antigas colónias de menor dimensão.

A amplitude do período e a quantidade de territórios sobre os quais nos debruçamos, gerou também dificuldades ao nível da dispersão de temas e da dimensão e variedade da informação que foi necessário processar. Pensamos que este trabalho será útil para futuras investigações mais aprofundadas sobre a presença militar nas colónias. Para além destas investigações poderá ser também relevante comparar o nosso estudo a outros realizados sobre outras antigas potências colonizadoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes de Arquivo:

Arquivo Histórico Militar, FO/07/ B/16, caixa 290 pastas 12 e 14, caixa 294 pastas 31 e 32, caixa 297 pasta 55, caixa 298 pastas 57, 60, 62, 70, caixa 299 pasta 70.

Arquivo Histórico Ultramarino, Estudos para a Organização militar do ultramar, 1910; 1B/615/616/617/SEMU/DGU_DGC/Mç 1902-1925.

Livros e outras publicações:

Barata, Temudo; Garcia, Nascimento; Moreira, Santos; Ferro, Baptista; Antunes, Vaz; Caldeira, Fernandes; Nunes, Pires. *Resenha Histórico- Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. 1º Volume. Enquadramento Geral (1988). Lisboa.

Barata, Temudo; Garcia, Nascimento; Moreira, Santos; Ferro, Baptista; Antunes, Vaz; Caldeira, Fernandes; Nunes, Pires. *Resenha Histórico- Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. 2º Volume. Dispositivo das nossas forças. Angola. (1989). Lisboa.

Barata, Temudo; Garcia, Nascimento; Moreira, Santos; Ferro, Baptista; Antunes, Vaz; Caldeira, Fernandes; Nunes, Pires. *Resenha Histórico- Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. 3º Volume. Dispositivo das nossas forças. Guiné. (1989). Lisboa.

Barata, Temudo; Garcia, Nascimento; Moreira, Santos; Ferro, Baptista; Antunes, Vaz; Caldeira, Fernandes; Nunes, Pires. *Resenha Histórico- Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. 4º Volume. *Dispositivo das nossas forças. Moçambique*. (1989). Lisboa.

Bernardino, L. M. (2014). A defesa de Angola: A estratégia militar Portuguesa no período da Grande Guerra, do Capitão Gastão Sousa Dias. *Revista Militar*. 2548, 403-428.

Boletins Militares do Ultramar, de 1895 a 1935.

Cruz, Sousa (2014). *A Defesa de Moçambique. Sua Evolução*. *Revista Militar*. 2545/2546, pp 201-222.

Meireles, A. (2014). Queda de Goa, Damão e Diu. *Diário de Notícias*. Acedido a 24 de Fevereiro de 2016 em <http://150anos.dn.pt/2014/07/31/1961-queda-de-go-da-mao-e-diu/>.

Dias, G. S (1932). A defesa de Angola, *Revista Militar*. 84(10), 598-609.

Estado-Maior do Exército (1972). *Campanhas Ultramarinas do Passado – séc. XIX e princípios do séc. XX*.

Lourenço, J., Valente, M., Moniz, J., Ferraz, J., Machado, J. (1943). *Missão Militar às Colónias. Estudo Preparatório Geográfico-Militar de Moçambique e Angola e do Potencial de Guerra dos Países vizinhos*. Volume 1. Lisboa: Papelaria Fernandes.

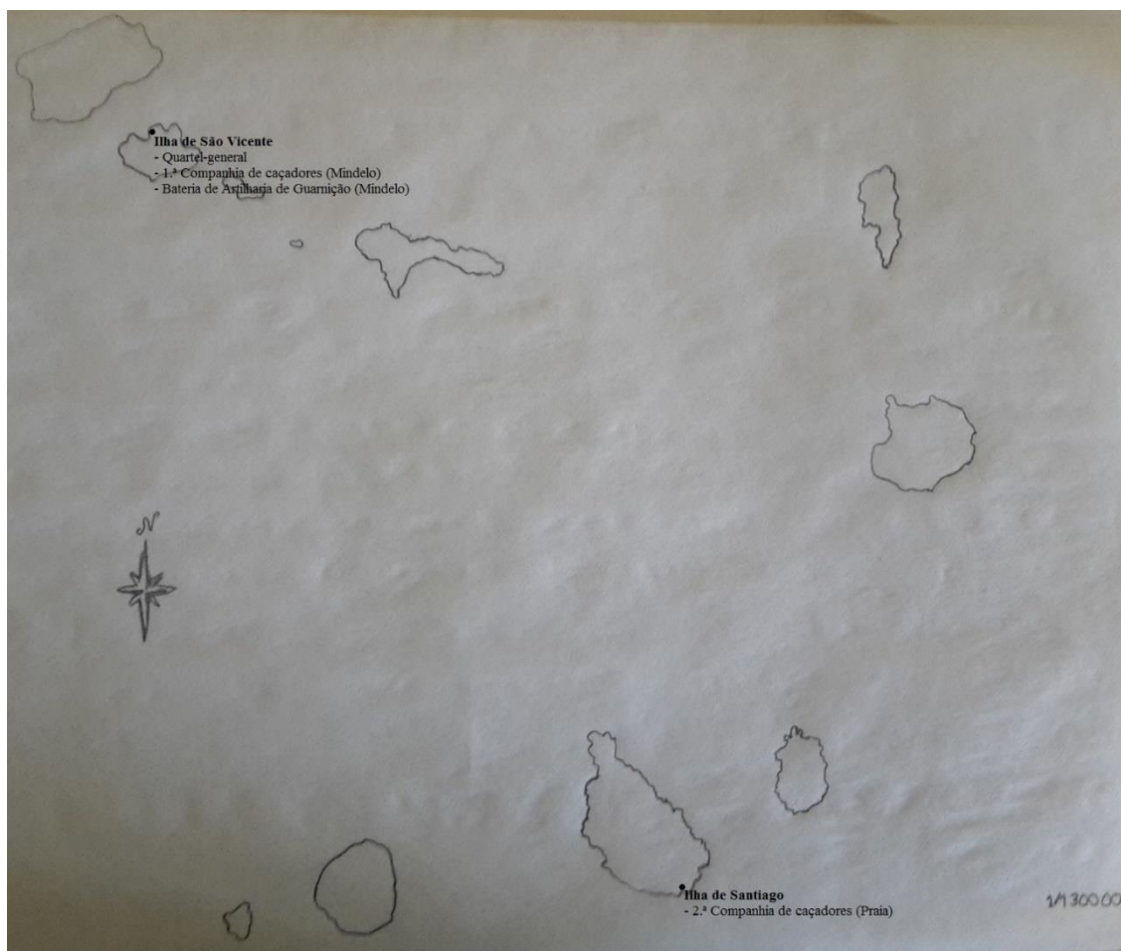
Oliveira, A., Saco, J., Fontoura, A., Jacques, R., Aldeia, F., Herdade, N., Sardinha, M., Ambrósio, C., Aidos, J., Laymé, L., Correia, H., Pereira, M. (1993). *História do Exército Português (1910-1945)*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

Oliveira, A., Saco, J., Fontoura, A., Jacques, R., Aldeia, F., Herdade, N., Sardinha, M., Ambrósio, C., Aidos, J., Laymé, L., Correia, H., Pereira, M. (1993). *História do Exército Português (1910-1945)* Volume II. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

- Oliveira, A., Saco, J., Fontoura, A., Jacques, R., Aldeia, F., Herdade, N., Sardinha, M., Ambrósio, C., Aidos, J., Laymé, L., Correia, H., Pereira, M. (1994). *História do Exército Português (1910-1945)* Volume III. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Oliveira, A., Saco, J., Fontoura, A., Jacques, R., Aldeia, F., Herdade, N., Sardinha, M., Ambrósio, C., Aidos, J., Laymé, L., Correia, H., Pereira, M. (1995). *História do Exército Português (1910-1945)* Volume IV. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Ordens do Exército, de 1985 a 1975.
- Pimenta, Tavares (2014). *O Estado Novo Português e a reforma do Estado colonial em Angola: o comportamento político das elites brancas. (1961-1962)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Lisboa UNL- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Selvagem, Carlos (1931). *PORTUGAL MILITAR. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal. Desde as origens do Estado Portucalense Até o fim da Dinastia de Bragança*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Santos, Varandas (2009) O Poder instituído e a relação com o Exército entre 1901 e 1914. Aspectos de uma breve caracterização. *Revista Militar*. 2485/2486, 261-291.
- Santos, Varandas (2010). Os Exércitos Ultramarinos 1910-1914. *Revista militar*. 2500, 543-564.
- Sena, Dias (2010). *As Reformas Militares do Século XX Português- Da I República ao fim do Estado Novo*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Lisboa UNL- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

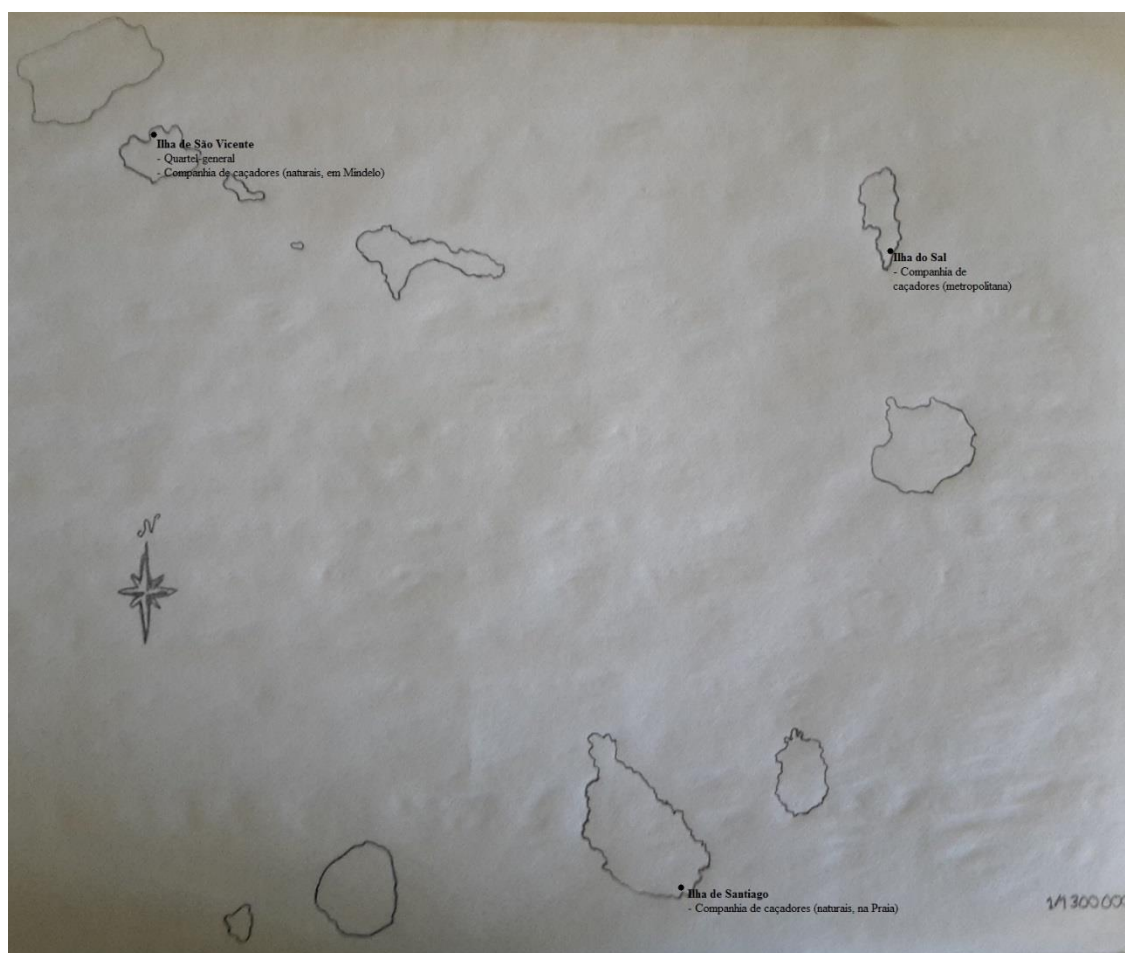
APÊNDICES

Apêndice A - Mapa 1 - Cabo Verde 1959



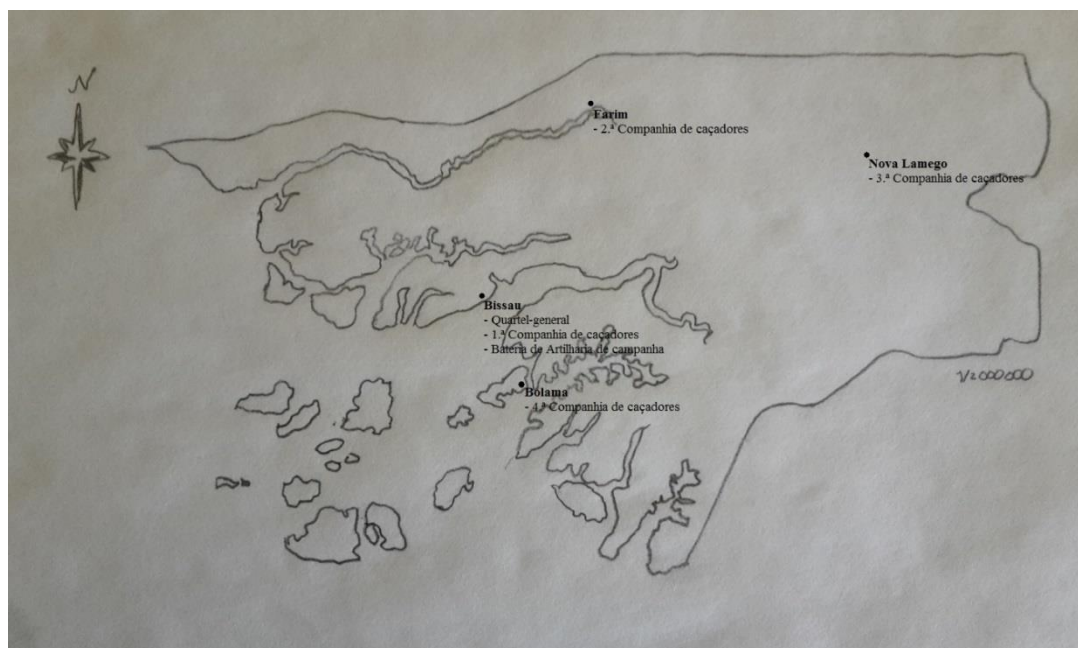
Fonte: Decreto n.º 41578 de 2 de Abril de 1958, Diário do Governo, 1ª série, n.º 69, e Decreto n.º 42310 de 9 de Junho de 1959, Diário do Governo, 1ª série, n.º 131.

Apêndice B – Mapa 2 - Cabo Verde 1974



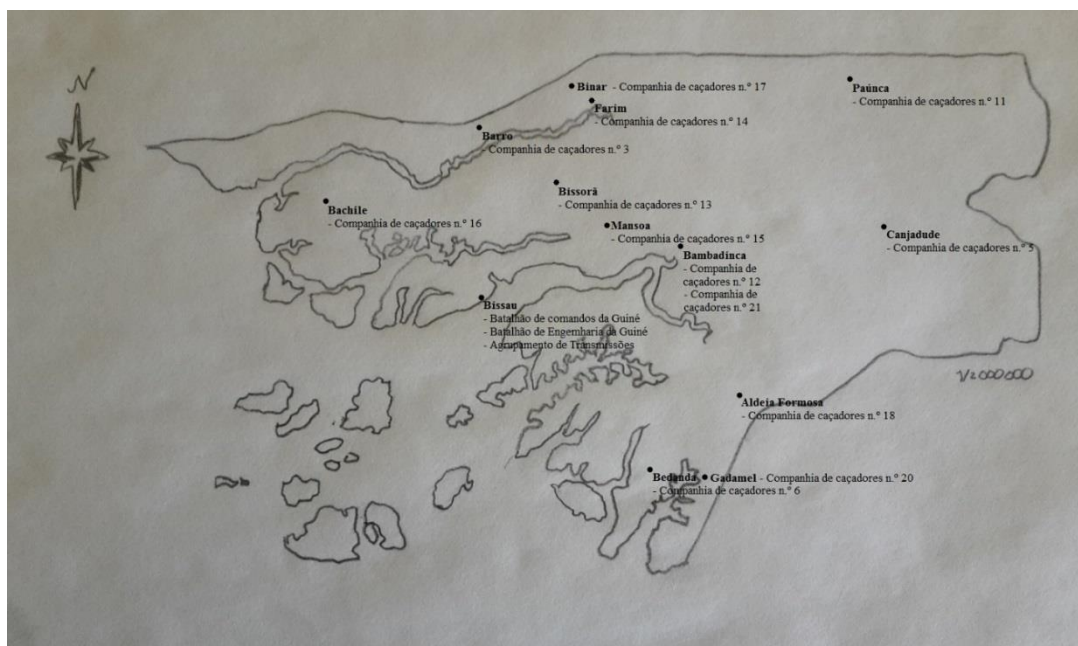
Fonte: Documentos do Arquivo Histórico Militar

Apêndice C - Mapa 3 - Guiné 1958



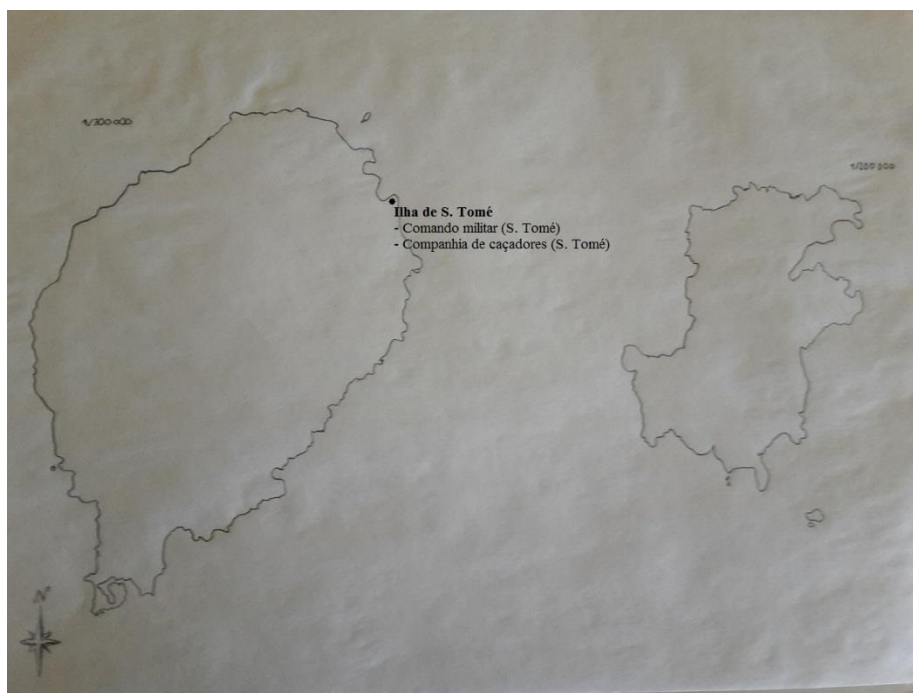
Fonte: Decreto n.º 41578 de 2 de Abril de 1958, Diário do Governo, 1ª série, n.º 69.

Apêndice D - Mapa 4 – Guiné 1974



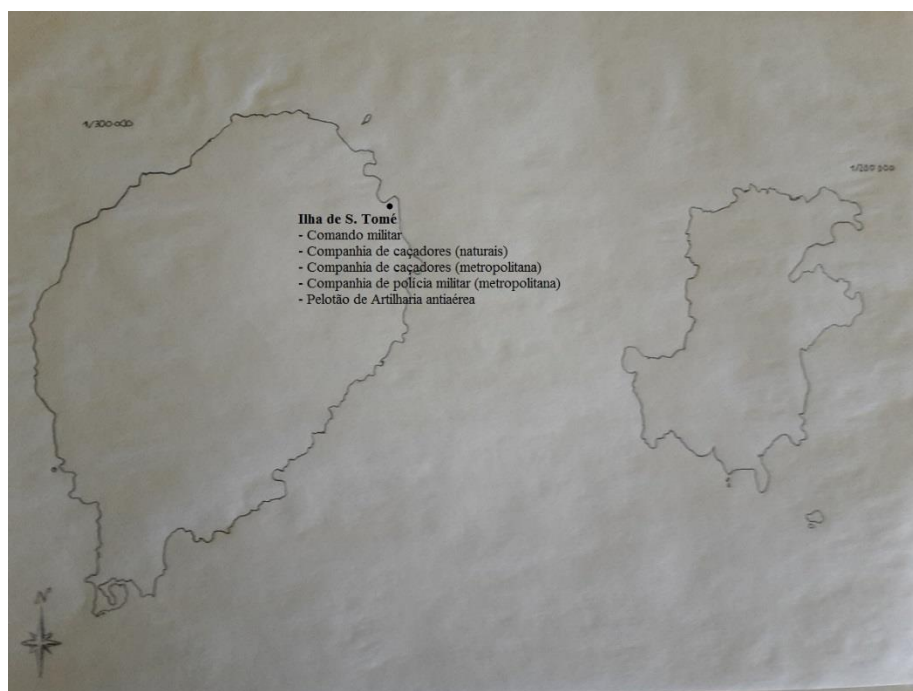
Fonte: Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, 3.º Volume.

Apêndice E - Mapa 5 – S. Tomé e Príncipe 1958



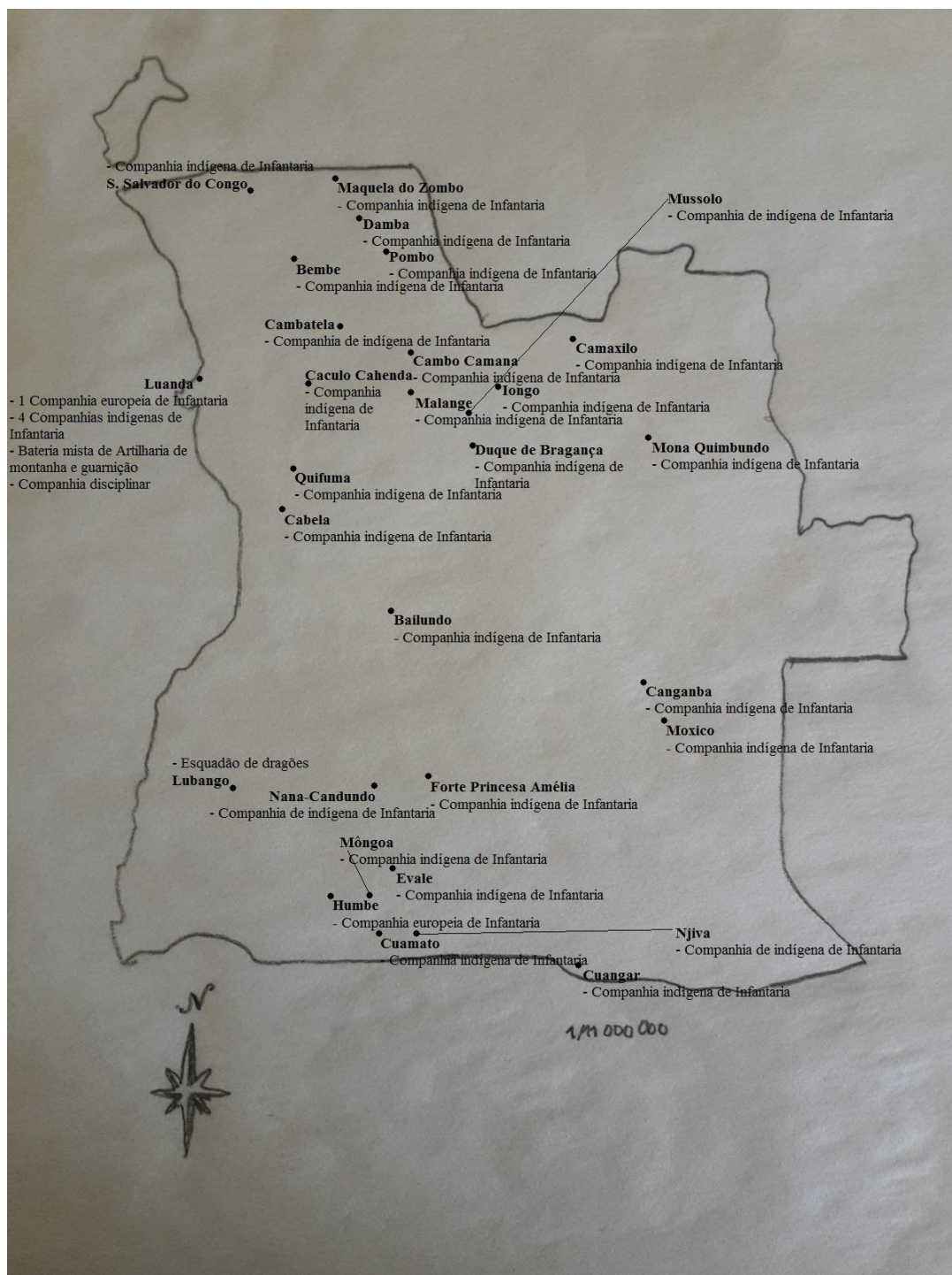
Fonte: Decreto n.º 41578 de 2 de Abril de 1958, Diário do Governo, 1ª série, n.º 69.

Apêndice F - Mapa 6 - S. Tomé e Príncipe 1974



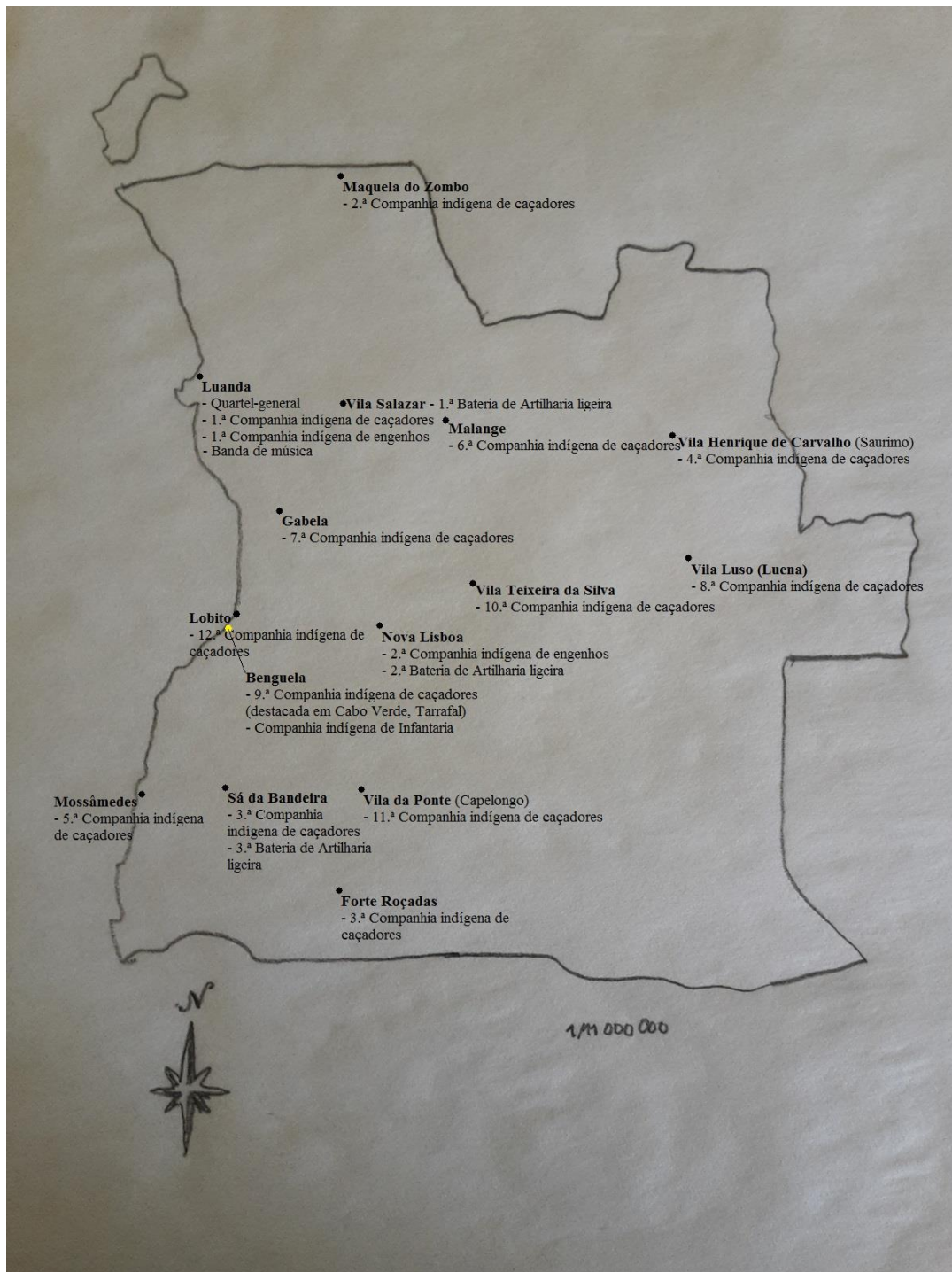
Fonte: Documentos do Arquivo Histórico Militar.

Apêndice G - Mapa 7 – Angola 1916



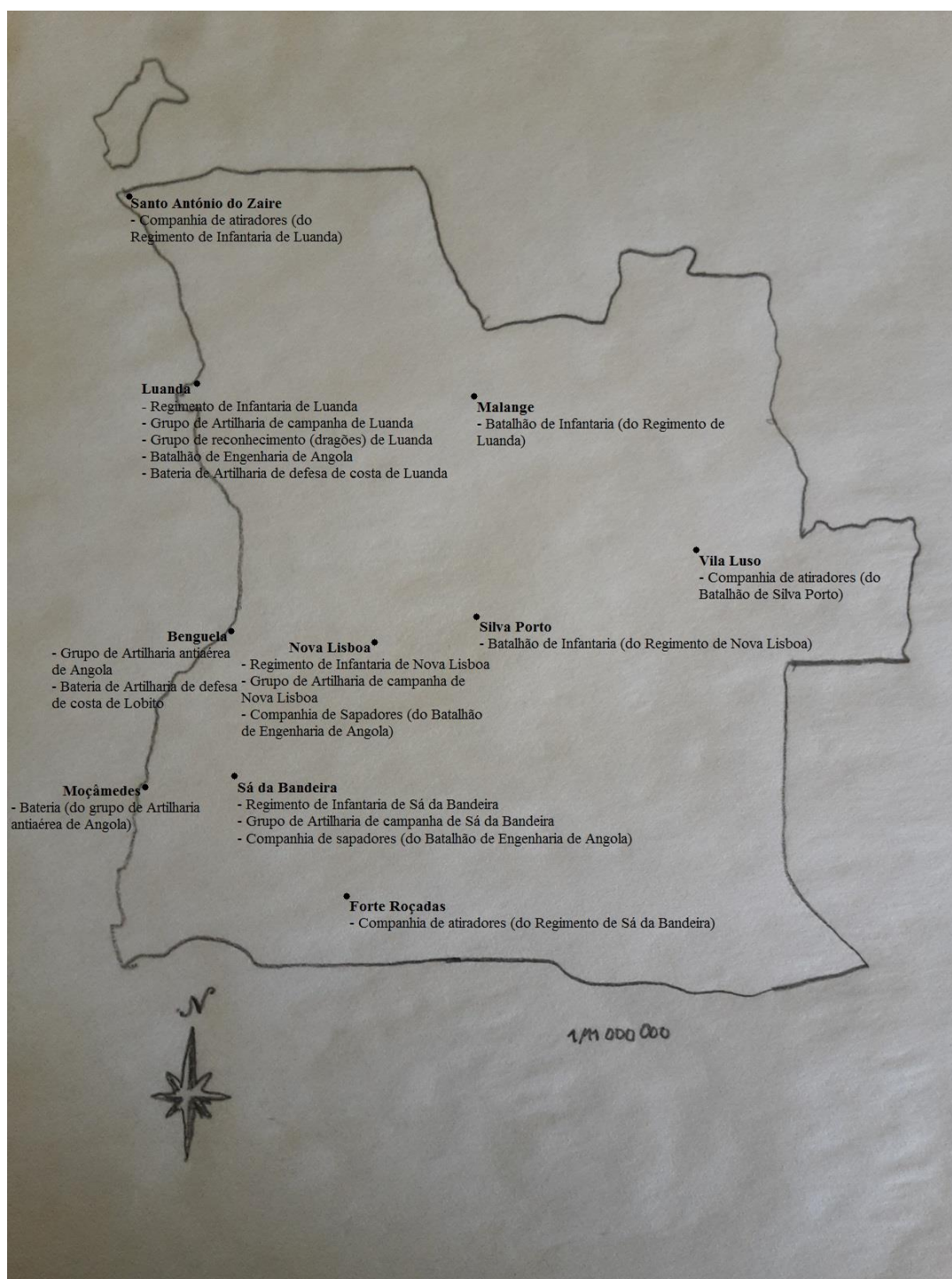
Fonte: Decreto de 19 de Junho de 1902, Diário do Governo n.º 139, de 26 de Julho e Decreto n.º 2:809, Diário do Governo, 1ª série, n.º 235.

Apêndice H - Mapa 8 – Angola 1940



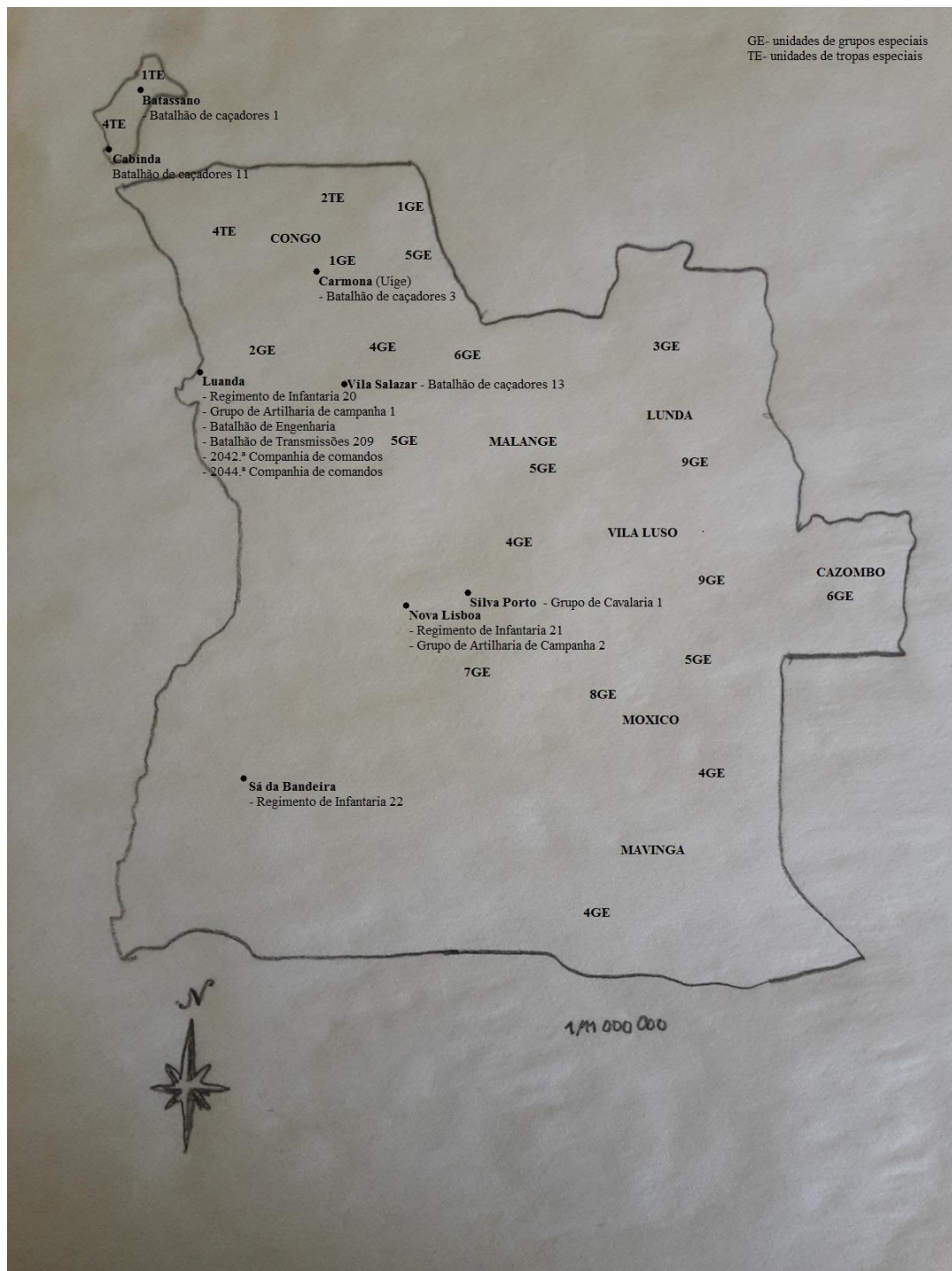
Fonte: História do Exército Português, Volume III.

Apêndice I - Mapa 9 – Angola 1960



Fonte: Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, 1.º Volume.

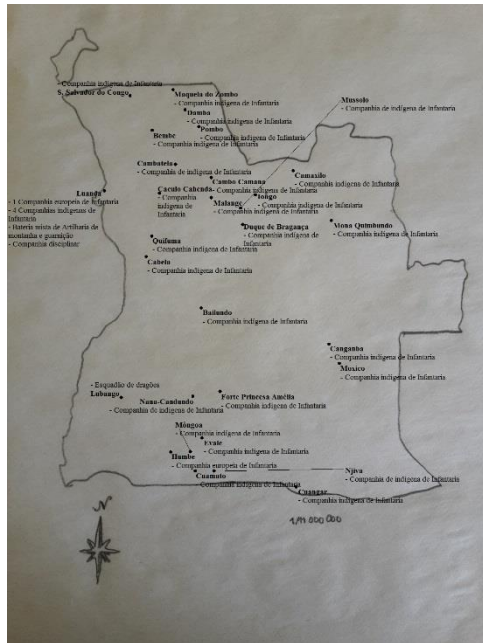
Apêndice J Mapa 10 – Angola 1974



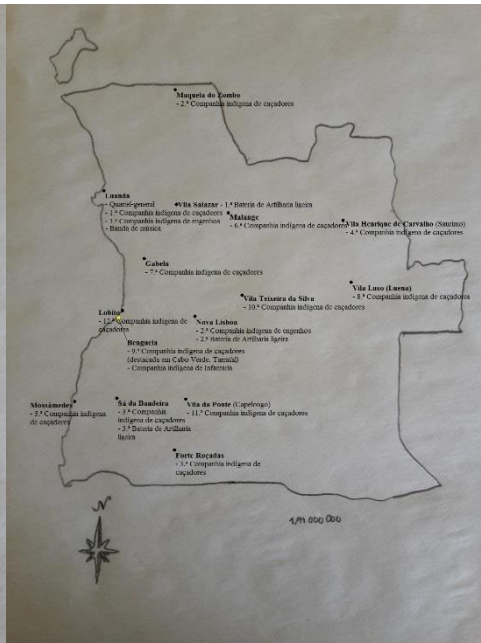
Fonte: Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, 2.º Volume.

Apêndice K - Mapa 11 – Evolução do dispositivo de Angola

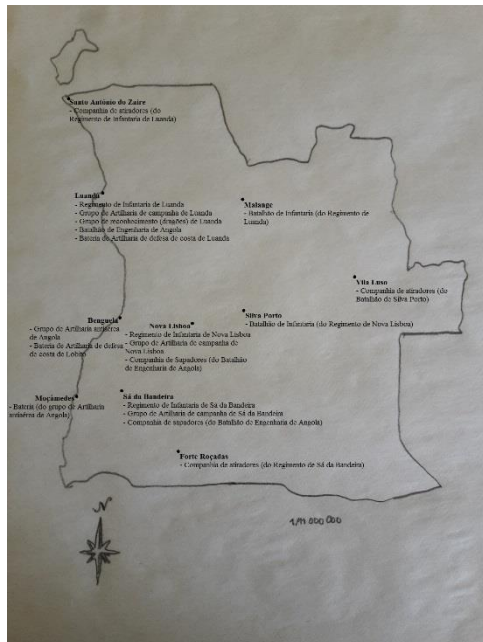
1916



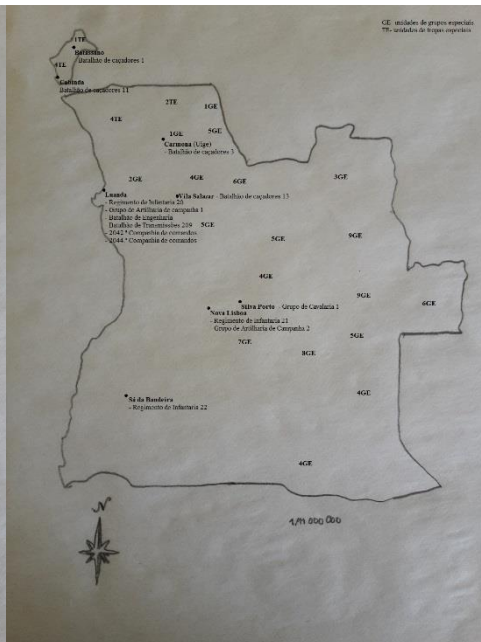
1940



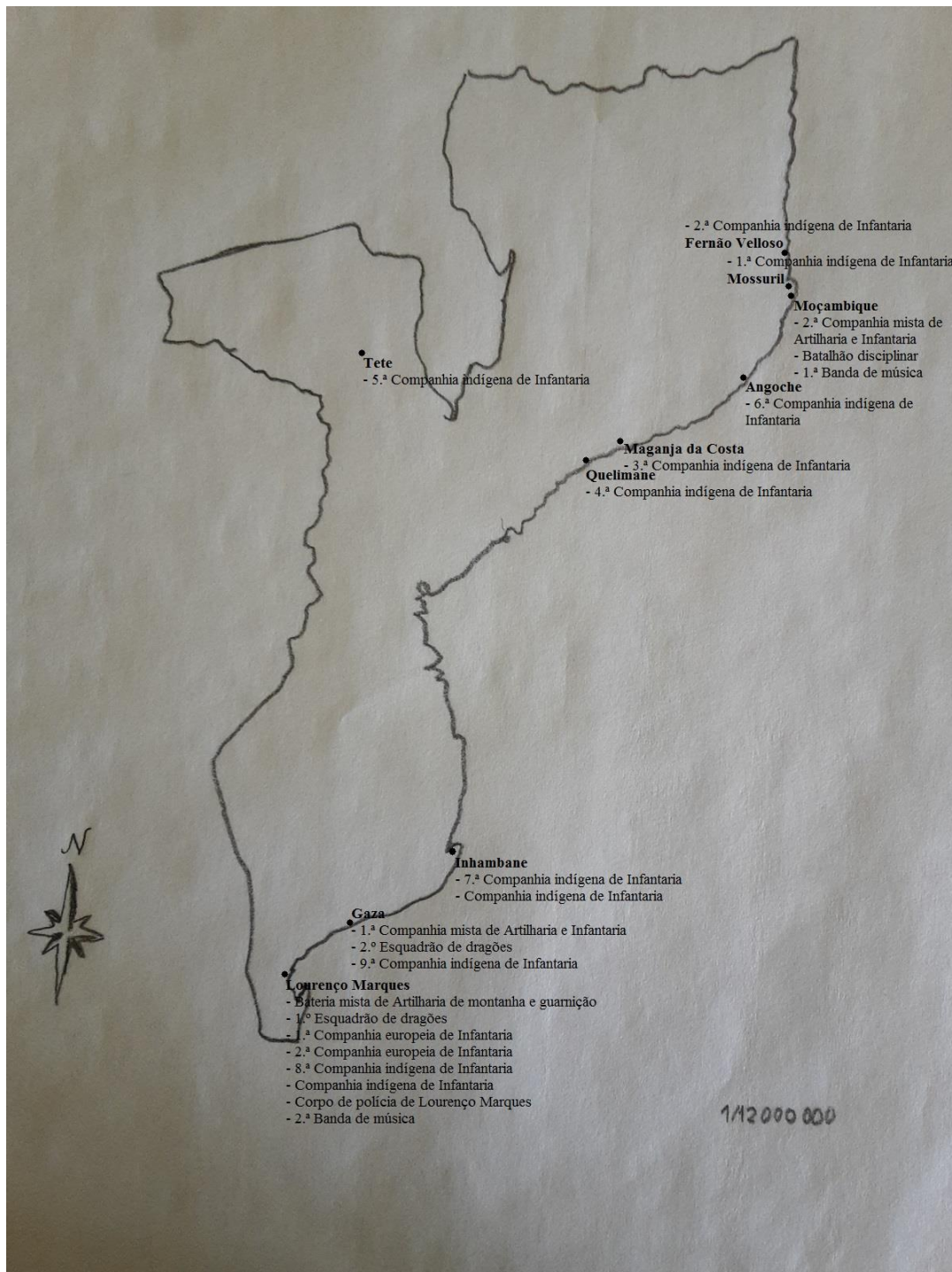
1960



1975

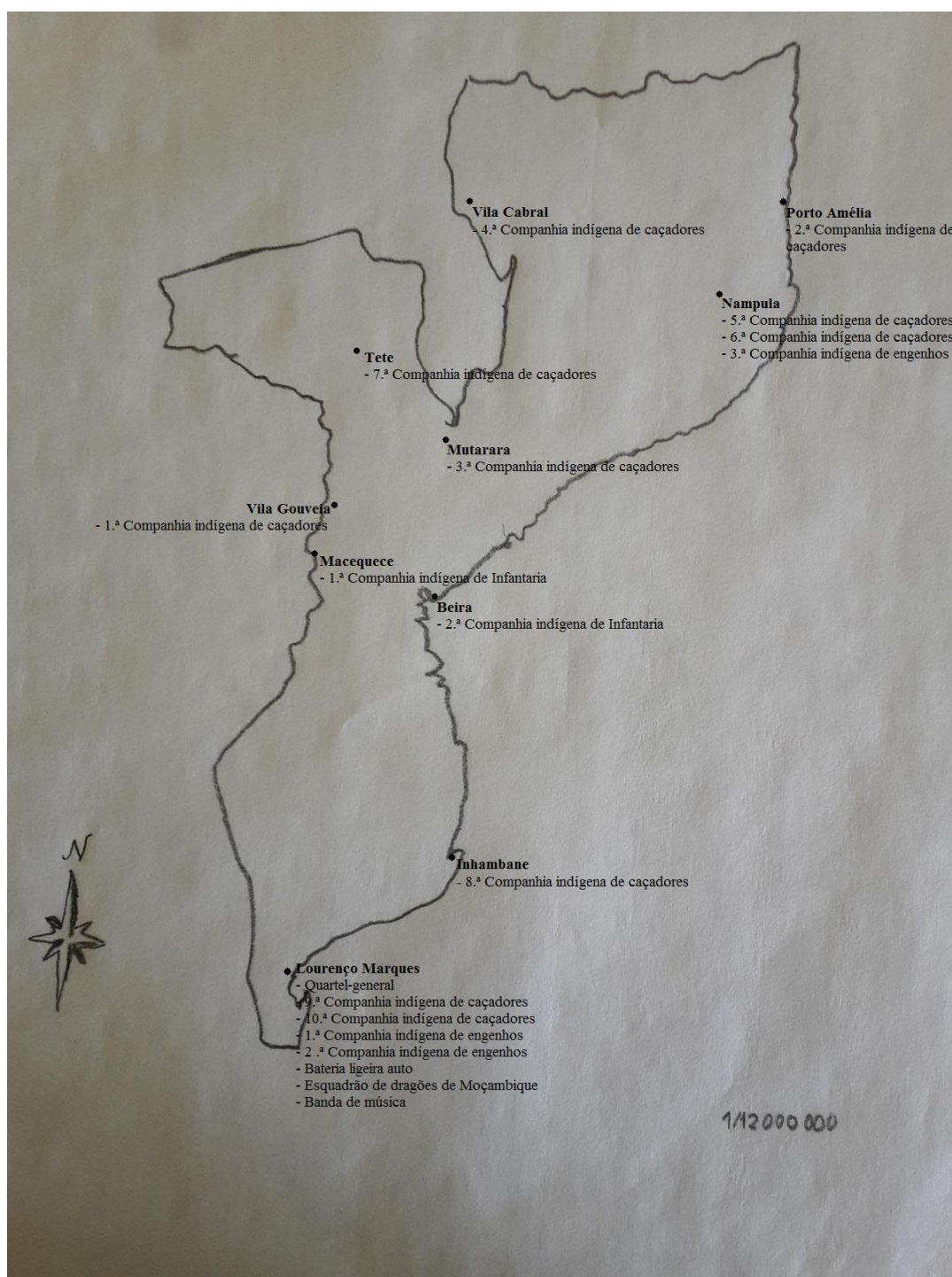


Apêndice L - Mapa 12 – Moçambique 1912



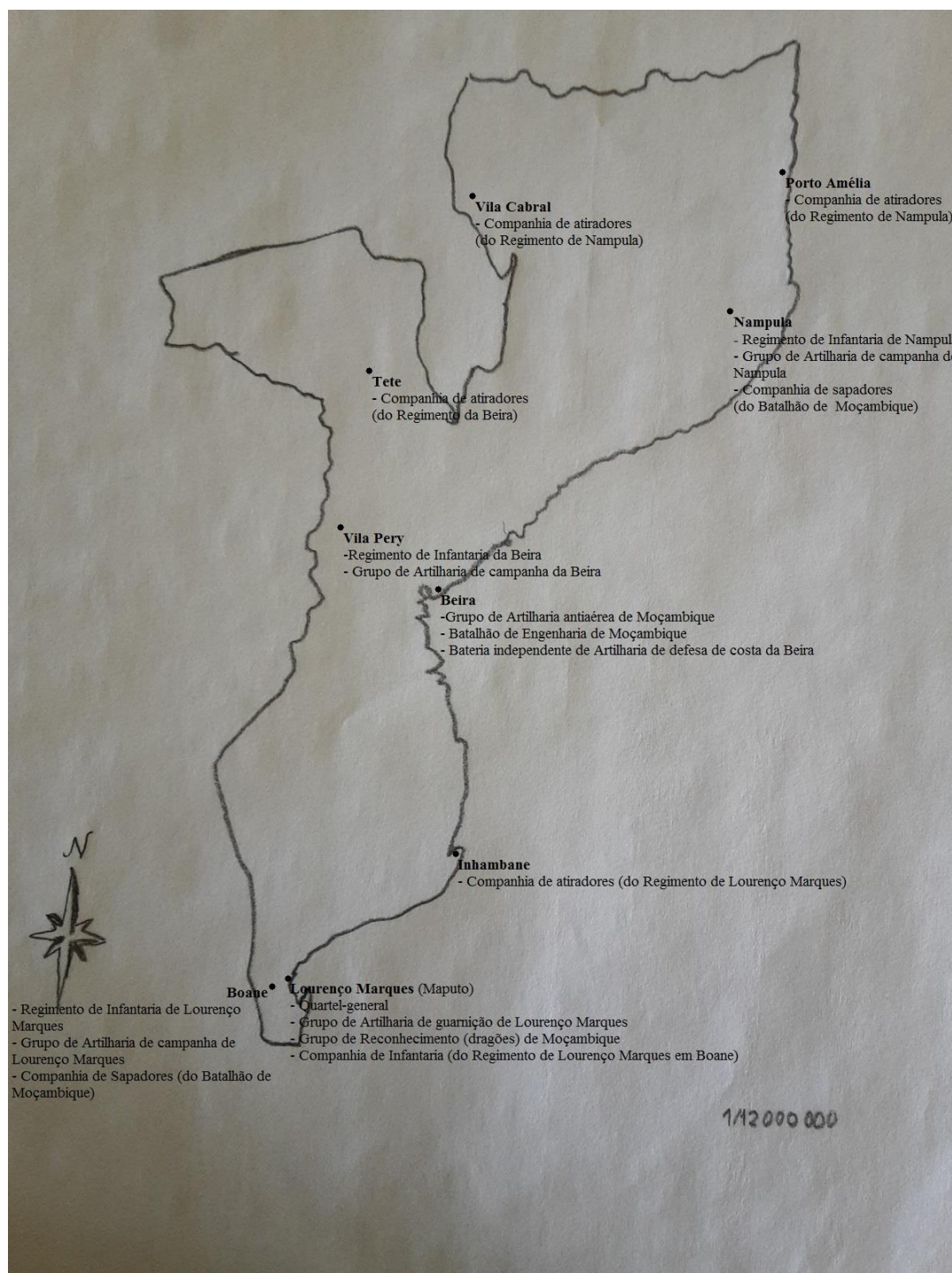
Fonte: Decreto de 19 de Junho de 1902, Diário do Governo n.º 139, de 26 de Julho e História do Exército Português, Volume IV.

Apêndice M - Mapa 13 – Moçambique 1940



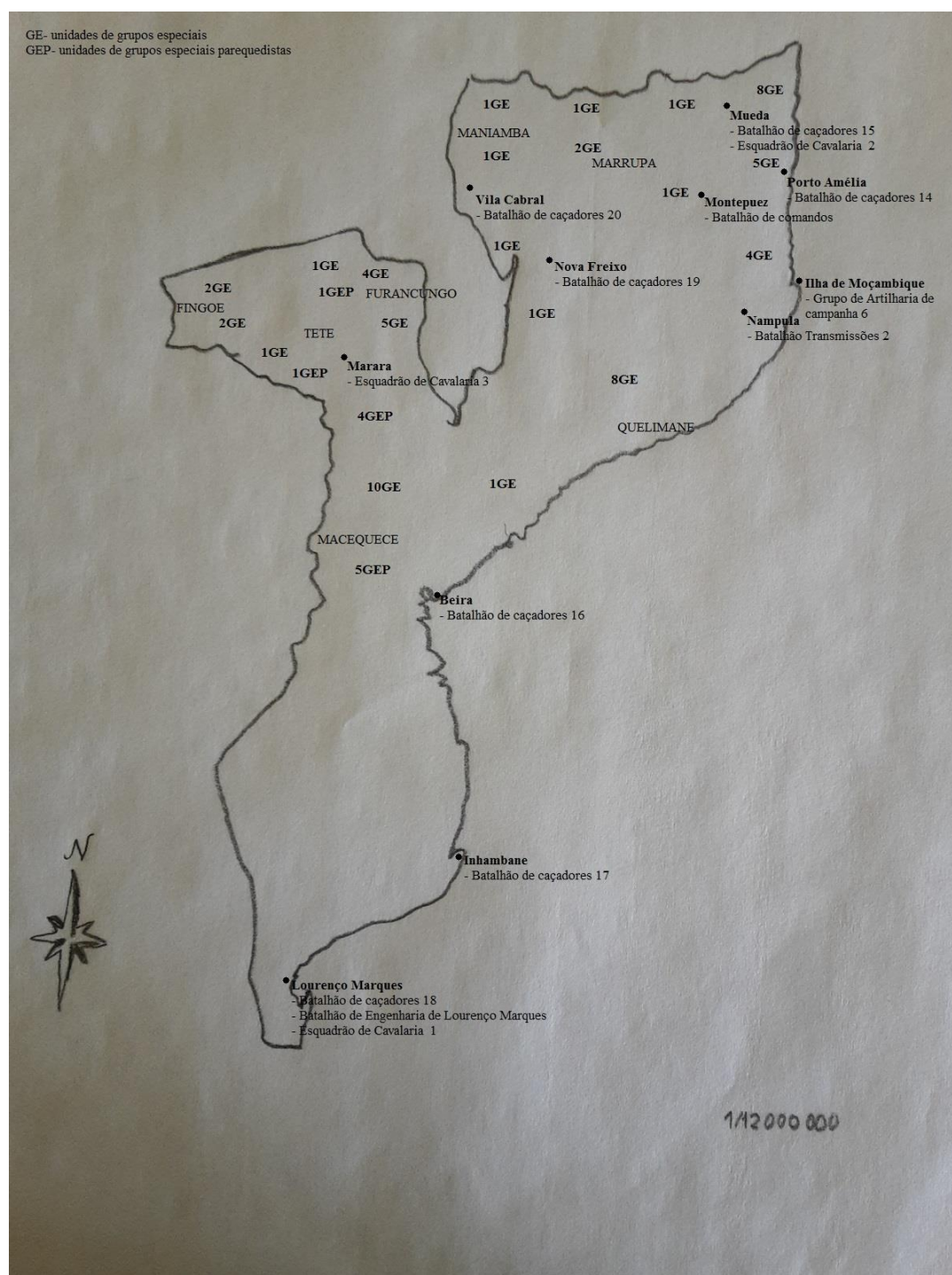
Fonte: História do Exército Português, Volume III.

Apêndice N - Mapa 14 – Moçambique 1960



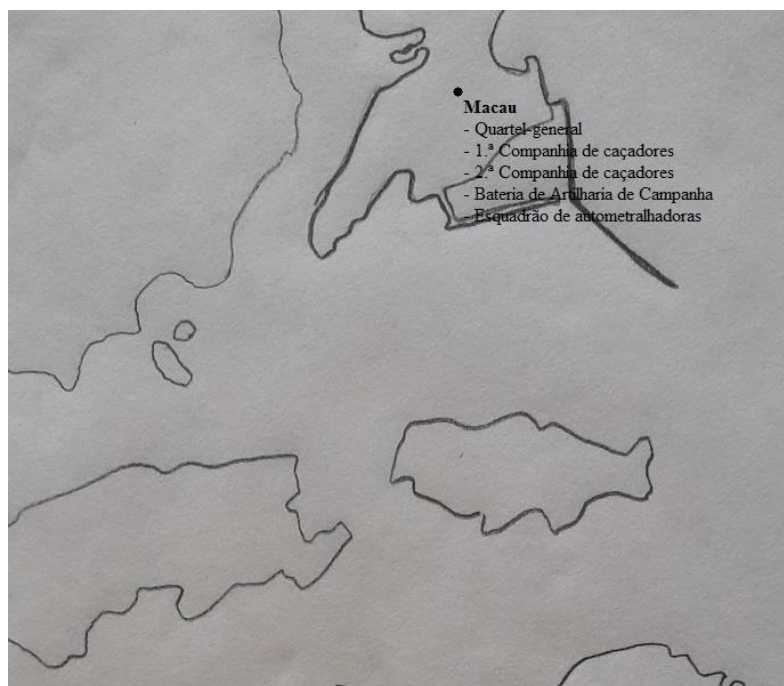
Fonte Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, 1.º Volume.

Apêndice O - Mapa 15 – Moçambique 1974



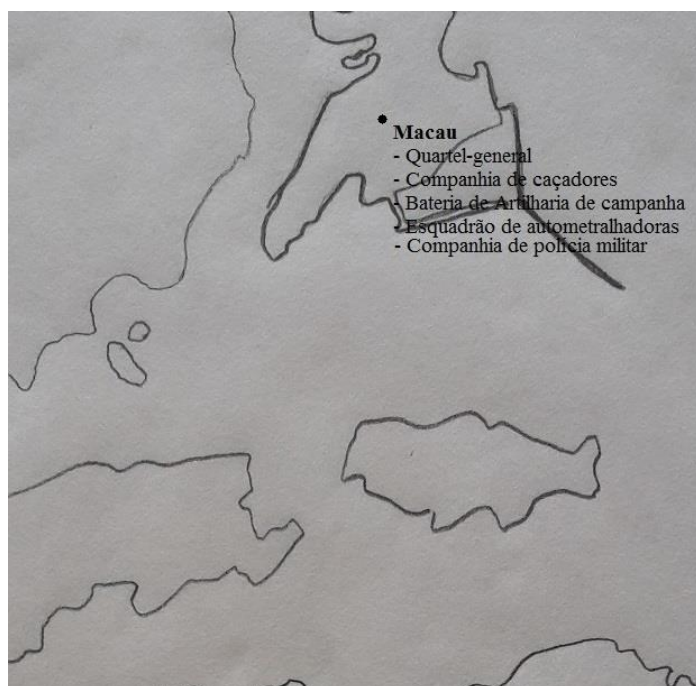
Fonte: Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, 4.º Volume.

Apêndice Q - Mapa 17 – Macau 1960



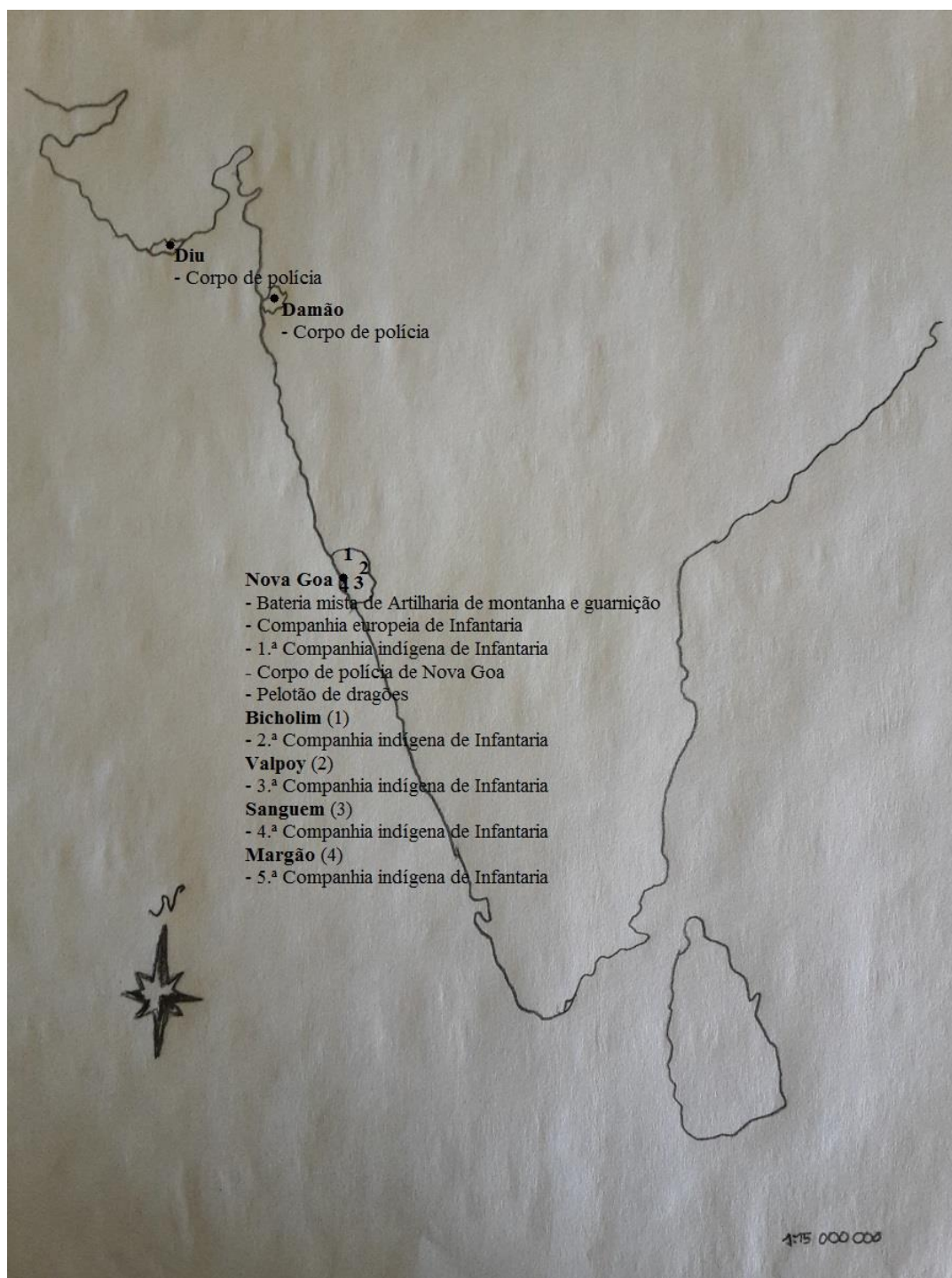
Fonte: Decreto n.º 41578 de 2 de Abril de 1958, Diário do Governo, 1ª série, n.º 69

Apêndice R - Mapa 18 – Macau 1974



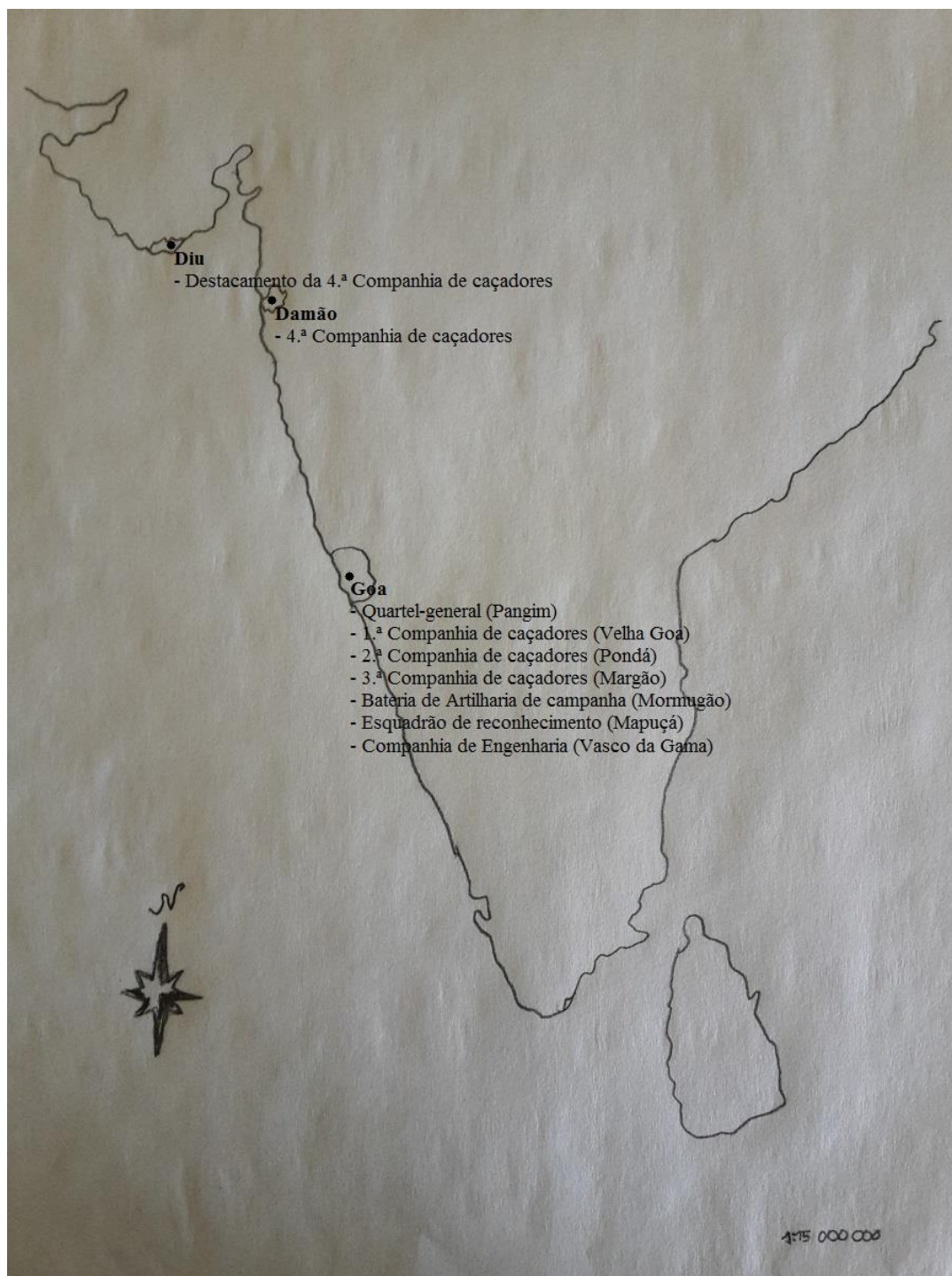
Fonte: Documentos do Arquivo Histórico Militar

Apêndice S - Mapa 19 – Índia 1916



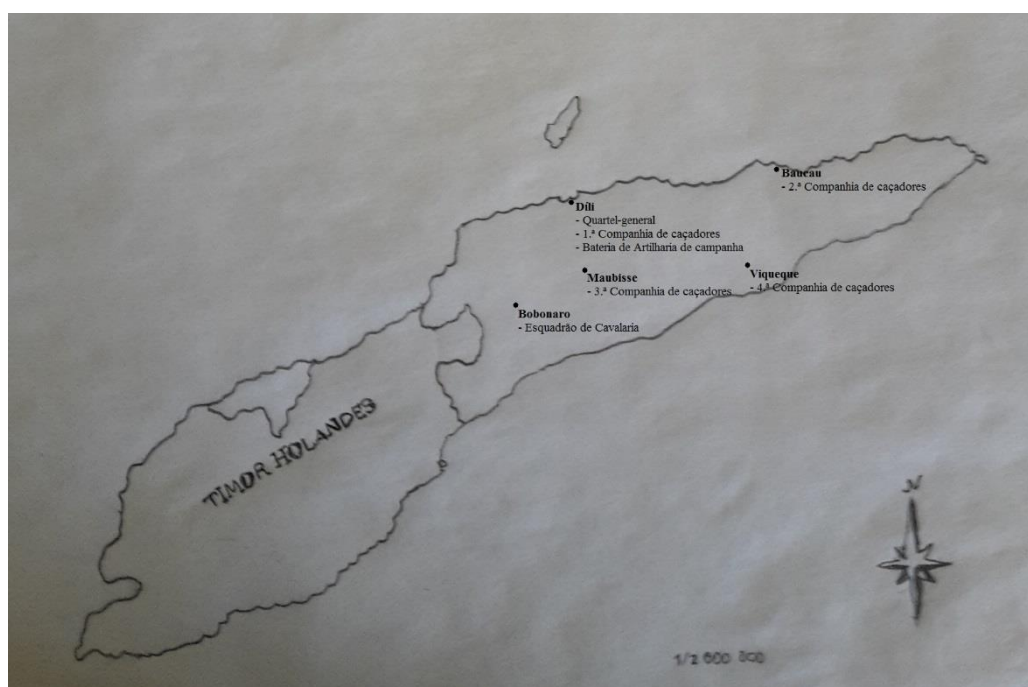
Fonte: Decreto de 19 de Junho de 1902, Diário do Governo, n.º 139, de 26 de Julho e Decreto 2:776 de 11 de Novembro de 1916, Diário do Governo, 1.ª série, n.º 228

Apêndice T- Mapa 20 – Índia 1960



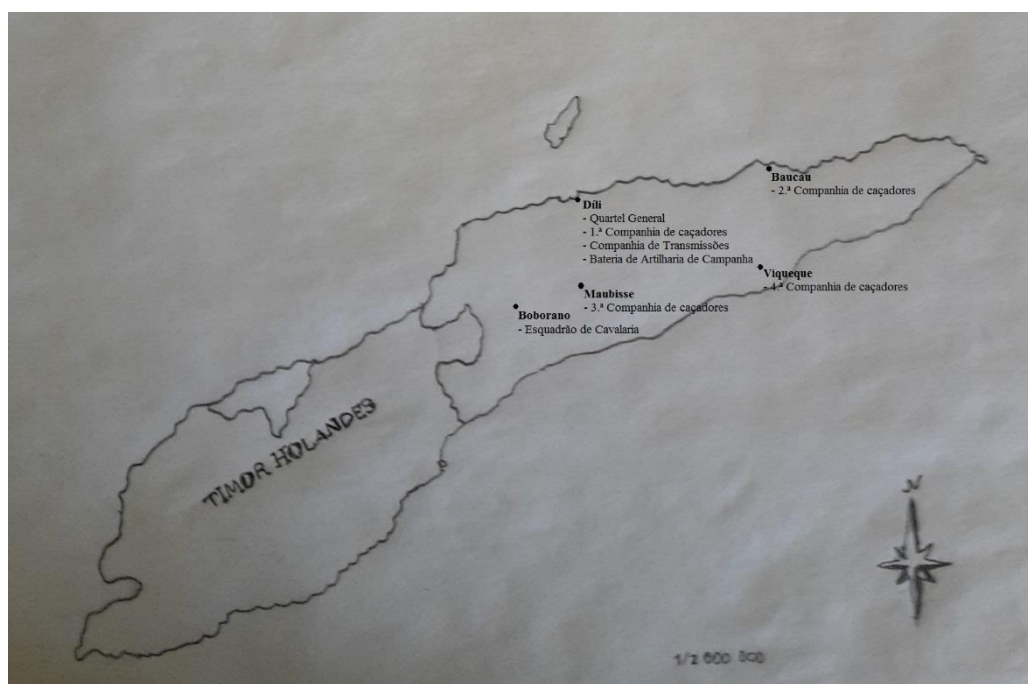
Fonte: Decreto n.º 41578 de 2 de Abril de 1958, Diário do Governo, 1ª série, n.º 69

Apêndice U - Mapa 21 – Timor 1960



Fonte: Decreto n.º 41578 de 2 de Abril de 1958, Diário do Governo, 1ª série, n.º 69

Apêndice V - Mapa 22 – Timor 1974

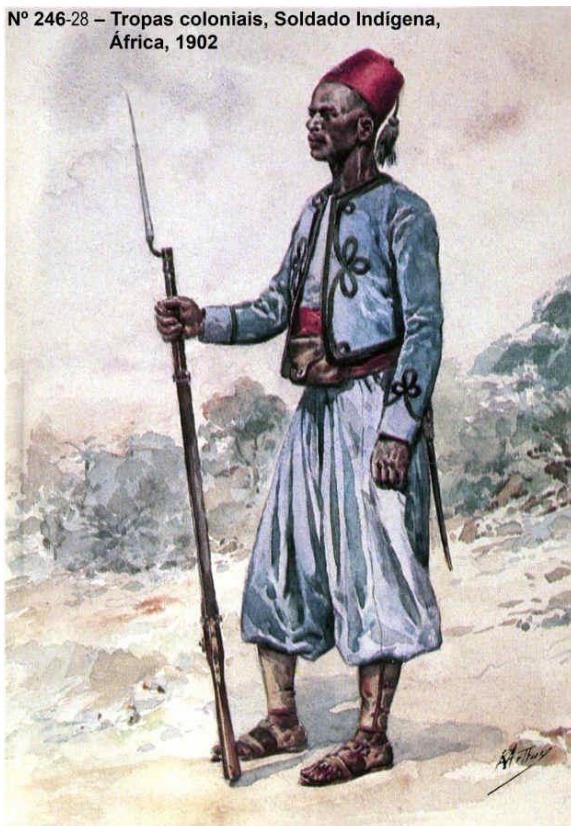


Fonte: Documentos do Arquivo Histórico Militar

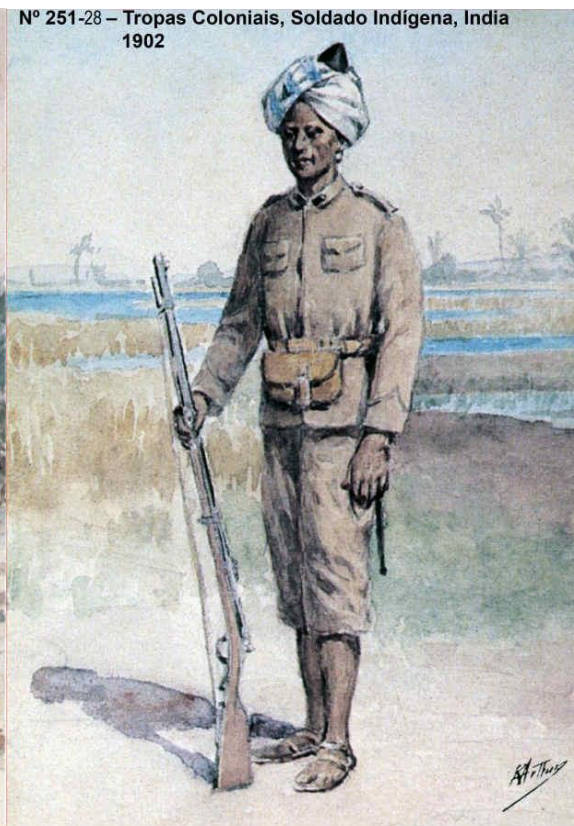
ANEXOS

Anexo A - Imagens de Soldados indígenas 1902.

Nº 246-28 – Tropas coloniais, Soldado Indígena, África, 1902

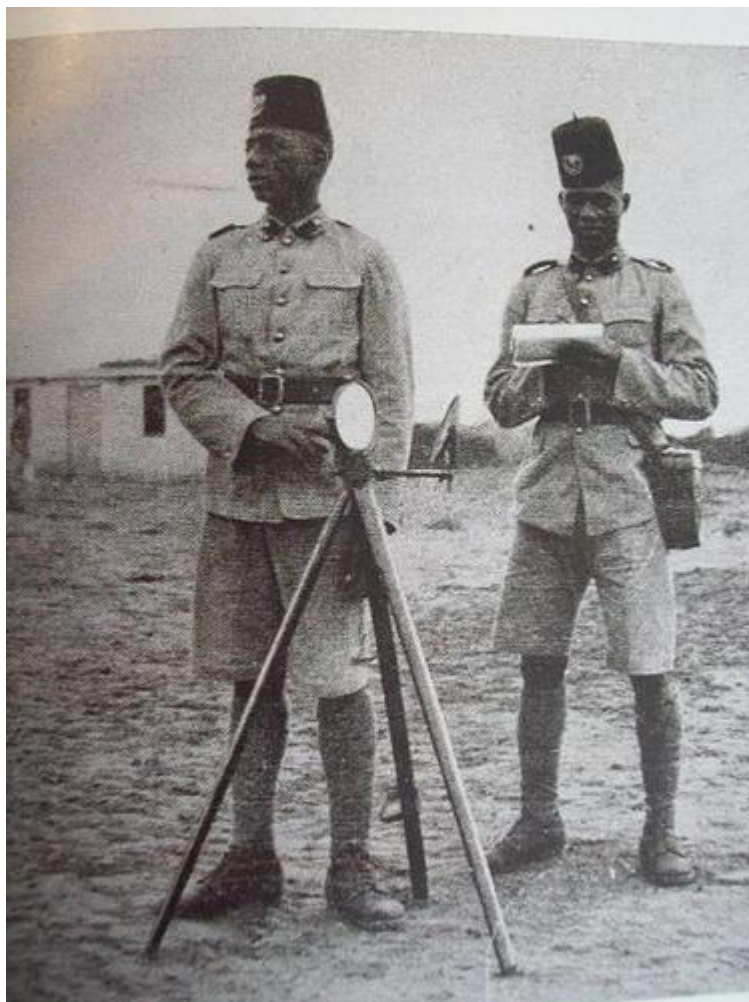


Nº 251-28 – Tropas Coloniais, Soldado Indígena, Índia 1902



Fonte: Coleção de postais do Coronel Ribeiro Artur.

Anexo B – Fotografia de dois militares Moçambicanos durante a 1.ª Guerra Mundial



Fonte: http://www.momentosdehistoria.com/MH_05_02_Exercito.htm#20

Anexo C - Fotografia de militares do Corpo de polícia de S. Tomé



Fonte: Artigo na revista militar de dezembro de 2011 “ As Ilhas do Equador - III parte” do Tenente-coronel João José de Sousa Cruz.

Anexo D – Fotografia, Cipaíes da polícia de Moçambique na década de 1930



Fonte: <https://delagoabayworld.wordpress.com/category/historia/cipaies-de-manjacaze-1930s/>

Anexo E - Fotografia de dois Soldados Landins em Moçambique nos anos 40



Fonte: <https://delagoabayworld.wordpress.com/>

Anexo F – Fotografia de militares Landins em Goa 1961



Fonte: <https://delagoabayword.wordpress.com/category/historia/a-india-portuguesa/>

Anexo G – Fotografia, tropas da guarnição de Timor década de 70



Fonte: Espólio de Mário Martins de Barros.

Anexo H – Fotografia, tropas locais, Guiné 1973



Fonte: Espólio de Daniel Costa.